

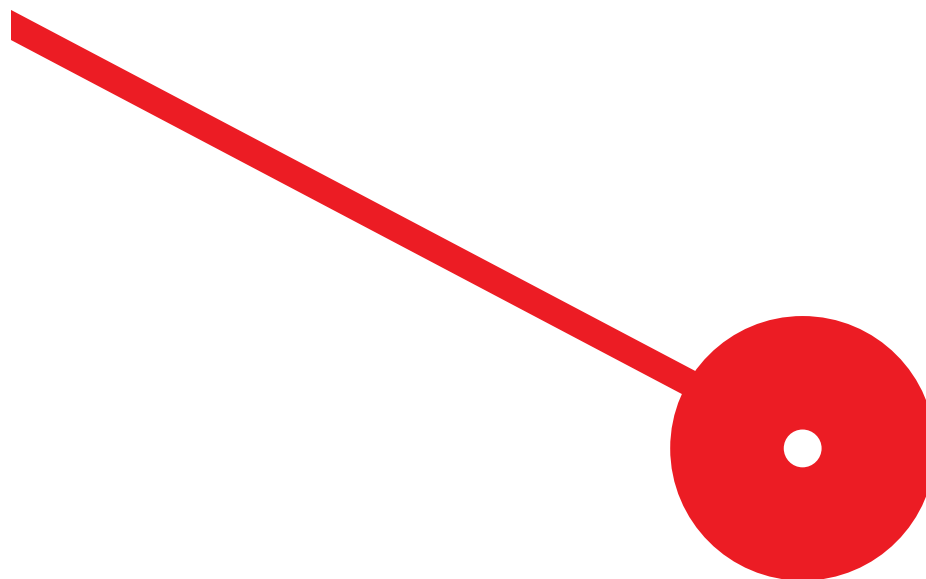
M MESTRADO
Auditoria

Audit Expectation Gap e o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira

André Miguel da Silva Paiva Martins

07/2021

Versão Final (Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri).



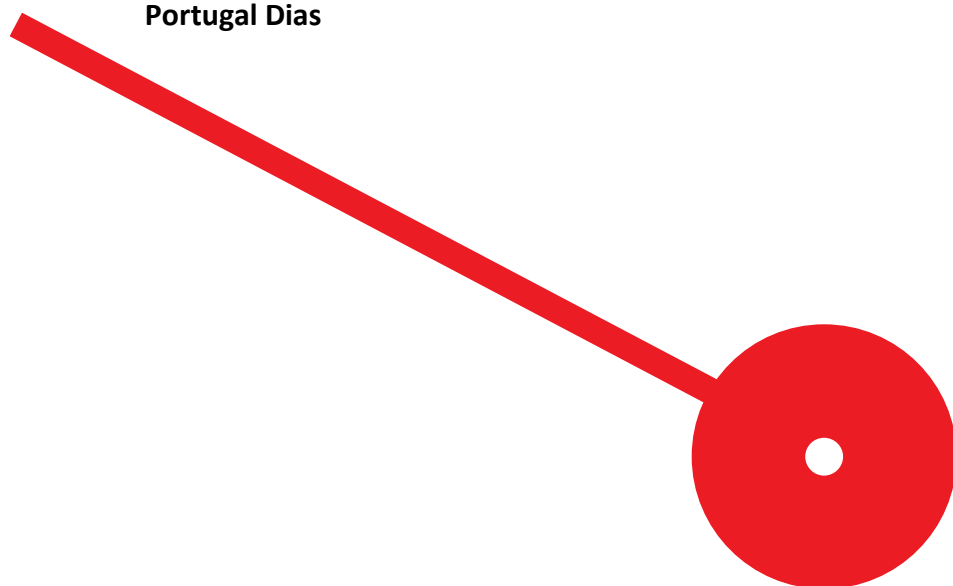
M MESTRADO
Auditoria

Audit Expectation Gap e o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira

André Miguel da Silva Paiva Martins

Dissertação de Mestrado

apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em
Auditoria, sob orientação da Professora Doutora Alcina
Portugal Dias



Resumo:

O presente Trabalho Final de Mestrado está integrado no Mestrado de Auditoria e tem como objetivo analisar o fenómeno do *Audit Expectation Gap* (“AEG”). Mais concretamente, qual o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira.

Neste contexto, iremos analisar as opiniões dos investidores em empresas auditadas e dos revisores oficiais de contas, tendo em consideração as suas expectativas relativamente às funções de auditoria, o que os normativos internacionais impõem aos Auditores, e as expectativas das duas populações em análise confrontando os resultados obtidos com o intuito de identificar eventuais divergências.

Para além dos *stakeholders* da empresa, a sociedade é cada vez mais exigente com a função de auditoria, pois existe a firme expectativa que esta atividade deverá ter a seu cargo, para além de assegurar que, as demonstrações financeiras dessas empresas, refletem de certa forma *A True and Fair View* da situação financeira e patrimonial, o diagnóstico de fraude dentro das organizações.

O conceito de AEG é um fenómeno amplamente discutido por diversos autores, que no âmbito da sua investigação, tentam identificar os fatores que o originam, assim como possíveis formas de o mitigar, quer por parte das firmas de auditoria e seus profissionais, como por parte do conjunto alargado de utilizadores da informação financeira.

A incapacidade de mitigar ou limitar a existência de *expectation gap* em auditoria resulta numa menor credibilidade das firmas de auditoria contribuindo para dúvidas sobre a relevância da própria profissão e das regras que a regem.

Palavras chave: *Audit Expectation Gap*; Auditoria, Teoria da Agência, Independência.

Abstract:

This Master's Final Work is integrated in the Master of Audit and aims to analyze the Audit Expectation *Gap* (“AEG”). More specifically, what is the impact on the confidence of the users of the financial information.

In this context, we will give special focus to investors in audited companies and statutory auditors, considering their expectations regarding the auditing functions, what international standards impose on Auditors, and the expectations of the two populations under analysis, comparing the results obtained to identify possible differences in their expectations.

In addition to the company's *stakeholders*, society is increasing their demands regarding the audit function, as they expect that this activity should be in charge of ensuring that the company's financial statements reflect in a certain way a True and Fair View of the financial position of the companies as well as the diagnosis of fraud within the companies.

The concept of AEG is a phenomenon widely discussed by several authors, in the scope of the investigation, they try to identify the factors that originate it, as well as possible ways to mitigate this expectation gap, either by the audit firms and their professionals, as by users of financial information.

The inability to mitigate or limit the existence of an expectation gap in auditing. Will result, in less credibility for audit firms, contributing to doubts about the accounting firms, as well as the profession itself and the standards in place.

Key words: Audit Expectation Gap; Audit, Agency Theory, Independence.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Doutora Alcina Portugal Dias pela sua orientação na elaboração desta dissertação, bem como todo apoio e disponibilidade demonstrada. Os seus comentários e indicações permitiram elaborar um trabalho coerente e que considero de qualidade.

À minha família e amigos, pelo apoio demonstrado, em especial à Marta pela sua infinita paciência e apoio em todos os momentos, mesmo os mais complicados e claro ao Gonçalo por todos os momentos em que não chorou e que me permitiram concluir este trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, por me permitirem dentro do que foi possível, ter tempo para a realização desta dissertação.

Por último, um especial agradecimento aos inquiridos que responderam ao meu questionário, sem as suas respostas não teria sido possível concluir esta dissertação.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AEG - Audit Expectation *Gap*

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

EIP - Entidades de Interesse Público

EOROC - Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board,

IFAC – International Federation of Accountants

IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento

ISA - Normas Internacionais de Auditoria

ISAE - Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade

ISQC - Normas Internacionais de Controlo de Qualidade

KAM - Key Audit Matters,

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

RJSA - Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria

SOX - Sarbanes – Oxley

Índice de Geral

Resumo:	iii
Abstract:	iv
Agradecimentos	v
Lista de Siglas e Abreviaturas	vi
Introdução	1
Capítulo I – Revisão da Literatura	3
1 Auditoria.....	4
2 Teoria da Agência	6
3 Independência.....	8
4 Fraude.....	10
5 Lei Sarbanes-Oxley	13
6 O Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria	15
7 <i>Audit Expectation Gap</i>	18
8 <i>O Audit Expectation Gap</i> e o seu impacto junto dos <i>stakeholders</i>	21
9 Diminuição do <i>Audit Expectation Gap</i>	23
10 Questões de Investigação	26
Capítulo II – Metodologia	27
1 Metodologia da Investigação	28
2 Formulação de Hipóteses	30
3 Relação entre Hipóteses e Questões de Investigação	31
4 Modelo de análise.....	35
5 Elaboração do Questionário	36
6 Recolha de dados.....	37
7 Relação entre Hipóteses e Questionário.....	38
Capítulo III - Caso empírico	41
1 Caracterização da Amostra.....	42
2 Análise e interpretação de dados	44
3 Interpretação de Resultados	54
Capítulo IV - Conclusão	57
Referências bibliográficas	66
Anexos	70

Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura do AEG.....	19
Figura 2 -Razões para o AEG.....	20
Figura 3 - Ferramentas para reduzir algumas componentes do AEG.....	24
Figura 4 - Relação entre Hipóteses.....	35
Figura 5 - Ocupação Profissional	42
Figura 6 – Caracterização de género	43
Figura 7 – Faixa Etária	43
Figura 8 – Número de anos de experiência profissional	43
Figura 9 – P5 Independência	44
Figura 10 – P6 Independência e Confiança	45
Figura 11 – P10 A opinião do auditor e a confiança	46
Figura 12 – P11 Prevenção e Detecção de Fraude	47
Figura 13 – P7 Gap de Expectativas e o Auditor	48
Figura 14 – P8 - AEG na actualidade	49
Figura 15 – P9 Performance da Auditoria	50
Figura 16 – P12 Objectivos da Auditoria Financeira	51
Figura 17 – P13 Componentes do AEG	52
Figura 18 – P14 Componentes do AEG	53

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Síntese das Questões de Investigação	26
Tabela 2 - Relação entre Hipóteses e Questões de Investigação	31
Tabela 3 - Relação entre Hipóteses e Questionário	40

Introdução

O fenómeno do *Audit Expectation Gap* (“AEG) existe há diversos anos e tem uma longa história. Em Portugal, recentemente, este fenómeno tem vindo a ganhar particular importância com os colapsos financeiros de grandes grupos empresariais com claro prejuízo para os seus *stakeholders*, assim como para a sociedade em geral.

Neste contexto, a credibilidade das auditorias financeiras e por conseguinte das firmas de auditoria, tem sido questionada, pois existe a perceção generalizada de que as entidades responsáveis por estas auditorias e os seus reguladores não têm cumprido com os objetivos esperados para a auditoria financeira, especialmente no diagnóstico de fraudes e o risco associado de *going concern*.

Com o objetivo de analisar e explicar o conceito de AEG e a sua influência nos utilizadores da informação financeira, o fio condutor desta dissertação, inclui na primeira parte uma revisão da literatura sobre os principais temas relacionados com a temática apresentada, sendo realizado um breve enquadramento sobre os seguintes temas i) Auditoria, ii) Teoria da Agência, iii) Independência, iv) Fraude, v) a Lei Sarbannes-Oxley e vi) *Audit Expectation Gap*, posteriormente são apresentadas as perguntas de investigação motivadas pelos autores consultados.

Na segunda parte, é apresentada a Metodologia a adotar, desta forma, e de acordo com as perguntas de investigação, são formuladas as hipóteses em análise que originam as perguntas a incluir no questionário, método escolhido para testar as hipóteses formuladas de acordo com o modelo de análise definido.

Na terceira parte desta dissertação, são apresentados os resultados do caso empírico em análise, para tal é realizada a i) a caracterização da amostra, ii) a análise e interpretação dos dados obtidos e iii) a interpretação de resultados.

Por último, será apresentada a conclusão do trabalho na qual os resultados obtidos na terceira parte são confrontados com as hipóteses formuladas anteriormente. Será também apresentada a percentagem de validação do modelo de análise definido, comparando esses resultados com a literatura consultada.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1 Auditoria

De acordo com diversos autores, nomeadamente Almeida (2014), a auditoria existe pelo menos desde a época romana, com o objetivo de credibilizar o trabalho contabilístico. Nessa altura, a economia era formada por pequenos negócios que eram geridos pelos seus proprietários.

Com a Revolução Industrial que teve início em Inglaterra, na segunda metade do século XVIII e que se foi disseminando pelo mundo ocidental nas décadas seguintes, em resultado da colonização inglesa em países como Estados Unidos da América e Canadá, a auditoria foi evoluindo tendo alcançado um grande aperfeiçoamento técnico num curto espaço de tempo.

Posteriormente, em 1887, é criado o *American Association of Public Accountants*, em 1917, esta instituição foi redenominada para *American Institute of Accountants*. Ainda nesse ano são conhecidos os primeiros documentos técnicos sobre auditoria, o sucessor deste organismo o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), publicou mais tarde em 1948 as normas de auditoria geralmente aceites. A expansão das empresas americanas no pós 2ª guerra mundial contribuiu para uma expansão rápida destes normativos para outras latitudes. Na Europa, com exceção de Inglaterra e Holanda nos restantes países os avanços na auditoria foram bastante mais lentos (Costa 2014).

A Auditoria começa a ganhar especial importância no início do século XX, mais precisamente em 1929, com o colapso da bolsa de Nova Iorque. Consequentemente tornou-se importante, por uma questão de transparência e de credibilidade das Demonstrações Financeiras das empresas com capital aberto. Este fenómeno centra o objetivo da auditoria na verificação da verdade e razoabilidade da informação contida nas Demonstrações Financeiras, por forma a serem um instrumento fiável para a tomada de decisão. Já a deteção de fraudes e erros é de certa forma delegada para a administração das empresas (Costa 2014).

Outro facto decisivo para a evolução da auditoria aconteceu, mais recentemente, em 2002 com a criação da lei *Sarbanes – Oxley* (SOX) nos Estados Unidos da América, que resulta de uma série de falências de grandes empresas multinacionais, principalmente americanas e que arrastou consigo a maior empresa de auditoria existente na altura. Esta empresa

fornecia outros serviços financeiros fora do âmbito da auditoria o que originava perda de independência. Esta lei teve como objetivo restaurar a confiança dos investidores e impulsionar o mercado de capitais (Almeida 2014).

De forma geral, podemos afirmar que toda e qualquer informação deve ser credível, para que seja possível retirar, sobre ela, conclusões idóneas. Tendo em conta a sua natureza, este princípio será da maior importância, para a informação financeira produzida pelas empresas e outras entidades (Costa 2014).

A atual definição de Auditoria do IFAC (2015) afirma o seguinte “A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável. Na maioria dos referenciais com finalidade geral, essa opinião incide sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, ou dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o referencial. Uma auditoria conduzida de acordo com as ISA e os requisitos ético relevantes permite ao auditor formar uma opinião”.

A auditoria financeira tem evoluindo simultaneamente com o desenvolvimento económico e financeiro dos países. Esta evolução resulta das pressões exercidas pela sociedade sobre os agentes económicos, em consequência da crescente delegação de competências por parte dos acionistas das empresas aos gestores, no que se denomina por Teoria da Agência.

2 Teoria da Agência

A Teoria da Agência é dos principais temas relativamente à governação das sociedades, pois expõe o problema de os administradores que controlam uma empresa não agirem sempre de acordo com os melhores interesses dos acionistas e demais *stakeholders* da empresa.

Esta teoria, resulta do pós-revolução industrial, com a delegação de competências por parte dos proprietários aos gestores. Ross, S. (1973) define esta teoria como uma relação contratual através da qual uma das partes, designada de agente, atua em representação de outra, designada como principal, no processo de tomada de decisão.

Em resultado, desta teoria, surge o denominado “problema de agência” quando o agente não atua no sentido de defender os melhores interesses do principal, pois as partes nem sempre estão alinhadas relativamente aos objetivos que pretendem concretizar (ex: ENRON, WorldCom). Jensen e Meckling (1976) defendem que existe uma tendência natural do agente, gestor, para nem sempre atuar de acordo com o maior interesse do principal, o acionista.

Segundo a investigação científica de Serapicos *et al.* (2016) e Bloom e Milkovich (1998), a relação de agência assume que as partes (principal e agente) estão sujeitas a três pressupostos comportamentais: racionalidade, aversão ao esforço e aversão ao risco.

No caso do pressuposto de aversão ao risco, ao contrário do agente, o principal é neutro ao risco porque beneficia do efeito de diversificação. Balkin *et al.* (2000) defenderam que esta diferença de atitude perante o risco potencia um conflito de interesses entre o agente e o principal, ou seja, com o agente a privilegiar decisões conservadoras para reduzir a exposição ao risco e o principal a privilegiar a maximização dos resultados.

Jensen e Meckling (1976) referiram que, se o principal e o agente maximizarem a sua utilidade, existem razões para acreditar que os interesses do agente podem ser divergentes do principal, dando origem ao “problema de agência”. Este problema ocorre quando partes que cooperam entre si têm diferentes objetivos, nesse caso, a relação de agência caracteriza-se pela divergência de interesses, assimetria de informação e racionalidade limitada.

Sempre que o agente prossiga objetivos diferentes do principal, o principal pode incorrer em perdas, os chamados “custos de agência”.

Jensen e Meckling (1976) referiram que os custos de agência surgem em qualquer relação que envolva esforços de cooperação entre duas ou mais partes. Estes autores definiram os custos de agência como a soma das despesas incorridas com um sistema de monitorização, das despesas de ligação e da perda residual.

Os mesmos autores (*Idem*) referem que o sistema de monitorização se destina a limitar as atividades anormais do agente. Sendo que as despesas de ligação se destinam a garantir que o agente não desenvolva determinadas ações que prejudiquem o principal ou a assegurar que este seja recompensado se tais ações existirem. A perda residual designa a redução dos benefícios para o principal em consequência da divergência de interesses entre o principal e o agente, mesmo após a implementação de um sistema de monitorização e da realização de despesas de ligação.

3 Independência

Tendo em conta, o problema de agência identificando anteriormente, a independência do auditor face ao conselho de administração é crucial para os acionistas e *stakeholders* da empresa e é considerada um fator chave para garantir a credibilidade e qualidade da auditoria.

O IFAC (2016) divide o estado de independência dos auditores em dois tipos: i) Independência na mente – estado de espírito que permite ao auditor formular um parecer sem ser afetado por influências que comprometam o seu julgamento profissional, agindo com integridade, objetividade e ceticismo profissional; e ii) independência na aparência – necessidade de evitar factos e circunstâncias significativas por forma a que um terceiro sensato e bem informado, com conhecimento de todas as informações relevantes conclua que, dentro do razoável, a integridade, objetividade e ceticismo profissional de uma entidade de auditoria ou de um membro da equipa foram comprometidos. (Samagaio 2013).

Mednick (1997) refere-se à independência como “a pedra angular” da profissão contabilística e um dos seus mais preciosos ativos.

Como Samagaio (2013) afirma, o pleno estado de independência é difícil de alcançar devido a um leque abrangente de pressões contraditórias ao nível social, profissional, financeiro e legal que os auditores enfrentam no desempenho das suas funções (Anandarajan *et al.* 2010).

O IFAC (2016) agrupou as ameaças à independência em cinco categorias:

- auto-revisão;
- familiaridade;
- interesse pessoal;
- representação; e
- intimidação.

Na auto-revisão, o auditor pode não avaliar corretamente os resultados de um julgamento ou serviço efetuados à priori por si próprio ou pela entidade em que está inserido. Num contexto de interesse pessoal, o julgamento do auditor ou o seu comportamento pode ser

influenciado por algum interesse, como por exemplo um interesse financeiro. Na representação, a objetividade do auditor pode ser comprometida se o auditor defender a posição de um cliente. Num cenário de familiaridade ou confiança, o auditor pode ser complacente em relação aos interesses de uma organização em que haja um relacionamento íntimo ou prolongado com o cliente. Finalmente, num contexto de intimidação, o auditor pode ser dissuadido a atuar com objetividade devido a pressões reais ou veladas.

O IFAC (2016) disponibiliza um quadro de princípios para identificar as ameaças à independência, avaliar a importância dessas ameaças e identificar e aplicar salvaguardas para eliminá-las ou reduzi-las a um nível aceitável, de tal forma que a independência de facto e a independência na aparência não sejam comprometidas. Nas situações não previstas o auditor deve usar o seu juízo profissional e, caso não seja possível reduzir a ameaça para um nível aceitável, não deve aceitar ou deve interromper o seu trabalho.

No sentido de aumentar a independência entre o auditor e o auditado, foi aprovado em Portugal a Lei n.º 148/2015 (Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria), em resultado da transposição de diretivas comunitárias, que impõem alterações significativas na profissão e que são alvo de um estudo mais aprofundado no ponto 6 deste capítulo.

A questão da independência, ou falta dela, está intrinsecamente ligado à fraude em contexto organizacional pois a sua deteção, de acordo com as expectativas da sociedade em geral, será uma das principais funções do auditor externo, no ponto seguinte vamos analisar quais são as responsabilidades dos auditores relativamente à fraude, de acordo com os normativos dos definidos nas ISA's emanadas pelo IFAC.

4 Fraude

Como já referido, a prevenção e deteção de fraude no âmbito organizacional é vista como uma das principais tarefas do auditor externo, desta forma convém analisar como os normativos de auditoria definem a fraude e quais as obrigações que todos os profissionais de auditoria devem dar cumprimento.

O IFAC define na ISA 240, que Fraude, é um ato intencional de um ou mais indivíduos entre administração, os responsáveis pela governança, funcionários ou terceiros, envolvendo o uso de fraude para obter uma vantagem injusta ou ilegal (IFAC 2009).

Um dos estudos mais importantes sobre esta temática foi realizado por Donald Cressey, (1953), que apresentou o *The Fraud Triangle* no qual tentou explicar os fatores que originam a fraude, este modelo é composto pelas seguintes três componentes:

- Pressão: Tem de existir pressão para que um indivíduo seja tentado a cometer fraude, tradicionalmente problemas relacionados com incapacidade para fazer face às suas obrigações financeiras;
- Oportunidade: A identificação de uma oportunidade, que poderá ser uma debilidade do sistema de controlo interno, na qual determinado indivíduo pode usar a sua uma posição para atos fraudulentos.
- Racionalização: Adicionalmente, a racionalização permite a um indivíduo interpretar e correlacionar diversos dados que possui, sobre determinada realidade que o rodeia, com o objetivo de analisar se eventuais riscos possam ser inferiores aos benefícios resultantes de determinado ato fraudulento.

Tal como foi referido anteriormente, o IFAC lançou um conjunto de Normas Internacionais, nas quais estavam incluídas: Normas Internacionais de Controlo de Qualidade (ISQC), Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE).

No que diz respeito à avaliação do risco e resposta aos riscos avaliados podemos destacar cinco normas do IFAC (2015) que todos os profissionais de auditoria devem dar cumprimento no âmbito das suas funções:

- ISA 200 - “Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria”:
 1. Obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro;
 2. Relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar conforme exigido pelas ISA, de acordo com as conclusões a que chegar.
- ISA 210 - “Acordar os termos de Trabalho de Auditoria”:
 1. Verificação de que estão presentes as pré-condições para uma auditoria; e
 2. Confirmação de que há um entendimento comum sobre os termos do trabalho de auditoria entre o auditor e a gerência e, quando apropriado, os encarregados de governação.
- ISA 240 – “As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”:
 1. Identificar e avaliar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude;
 2. Obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto aos riscos avaliados de distorção material devido a fraude, por meio da conceção e implementação de respostas apropriadas; e
 3. Responder apropriadamente à fraude ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria.
- ISA 315 (revista) – “Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente”:
 1. Investigações à gerência, a indivíduos apropriados da auditoria interna (se esta função existir), e a outras pessoas da entidade que, no julgamento do auditor, possam ter informação que ajude a identificar os riscos de distorção material devido a fraude ou erro;

2. Procedimentos analíticos;
 3. Observação e inspeção.
- ISA 330 – “As Respostas do Auditor a Riscos Avaliados”:
 1. Procedimento substantivo - concebido para detetar distorções materiais ao nível de asserção. Os procedimentos substantivos compreendem: i) testes de detalhe (de classes de transações, saldos de contas e divulgações); e ii) procedimentos analíticos substantivos.
 2. Teste aos controlos - concebido para avaliar a eficácia operacional dos controlos na prevenção, ou na deteção e correção, de distorções materiais ao nível de asserção.

5 Lei Sarbanes-Oxley

No início do século XXI, norte-americanos e europeus que passaram por uma década marcada por diversos escândalos corporativos de dimensões gigantescas, para além da Enron, poderíamos também discutir entre outros o caso da Tyco, Merk ou Parmalat.

O impacto destes escândalos na economia global e principalmente na dos EUA, levou a que o seu governo conduzisse investigações criminais contra executivos das empresas anteriormente referidas que também foram processadas pelas pessoas e entidades lesadas.

De acordo com Gomes (2019), a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), é uma lei dos Estados Unidos da América (“EUA”) aprovada em 2002 pelo senado americano resultante do esforço do senador Paul Sarbanes e o congressista Michael Oxley, após uma década de escândalos corporativos que abalaram a sua economia. Destes escândalos fazem parte a falência da *Enron* que arrastou consigo a *Arthur Anderson*, a maior firma de auditoria nessa altura e uma das *Big Five*.

A nova regulação da Lei SOX, incluiu fundamentalmente novas regras para as empresas cotadas em bolsa e para as firmas de auditoria que as fiscalizam, assim como a criação do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB).

Esta lei foi elaborada com o intuito de proteger os investidores e restituir a sua confiança nos mercados bolsitas e proteger toda a economia dos EUA, de novos escândalos financeiros e corrupção em empresas cotadas. De acordo com o texto original do documento *“To protect investors by improving the accuracy and reliability of corporate disclosures made pursuant to the securities laws, and for other purposes.”*

De forma, a funcionar com carácter preventivo e pró-ativo, a Lei SOX estabelece normas e consequências, multas até os 5 milhões de dólares e penas de prisão até os 25 anos, para todos os incumpridores.

Como anteriormente referido, após uma década caracterizada por escândalos financeiros de empresas de grande dimensão no seu relato financeiro, o objetivo final da introdução da SOX, foi restabelecer a confiança que os investidores tinham nas empresas cotadas em bolsa antes desses escândalos, através de normas de contabilidade e reporte financeiro

bastante objetivas, para que não houvesse lugar a comportamentos fraudulentos no relato financeiro.

Para este efeito foi constituído pelo congresso americano o PCAOB. Adicionalmente, esta lei obriga as *Publicly Traded Company's* a publicarem informação sobre os seus controlos internos implementados para mitigar os riscos identificados e garantir a exatidão da informação financeira publicada.

Este procedimento deverá ser alvo de um relatório do auditor externo e pretende reforçar a confiança dos agentes económicos no mercado de capitais abertos fornecendo-lhes ferramentas que acrescentam transparência.

As medidas desta lei, pretendem transmitir aos agentes económicos mais segurança e conforto nas suas decisões financeiras, assim como maior responsabilização tanto das empresas de auditoria como do *Management* das empresas de capital aberto sobre a informação financeira divulgada por estas aos *stakeholders*.

O impacto desta lei foi mundial, pois nela estão abrangidas direta ou indiretamente todas as *Publicly Traded Company's* dos EUA e respetivas filiais europeias. Adicionalmente, as sociedades estrangeiras registadas nos mercados bolsistas dos EUA, foram forçados a implementar esta lei.

Em Portugal, assistimos a uma mudança nas normas de auditoria financeira, auditoria interna e nas normas societárias (código das sociedades comerciais e governação das sociedades). Desta forma, as entidades e seus *stakeholders* passaram a atribuir uma cada vez maior importância ao controlo interno e aos procedimentos instituídos de forma a minimizar os erros ou omissões no reporte financeiro.

6 O Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria

Como referido anteriormente, o impacto da Lei SOX, foi mundial, em resultado disso, assistimos em Portugal a uma mudança nas normas de auditoria financeira, mais concretamente em 2015, a Lei n.º 148/2015 (Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria) que transpõe a Diretiva 2014/56/EU de 16 de abril de 2014 e do Regulamento (UE) n.º 537/2014 de 16 de abril de 2014 no Jornal Oficial da União Europeia em 27 de maio de 2014. que impõem que todas as auditorias sejam realizadas em conformidade com as ISA's emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) (Veiga *et al.* 2017).

Adicionalmente e relativamente ao relatório de auditoria para todas as entidades, o novo EOROC no seu artigo 45.º n.º 2, alínea h), acrescenta a obrigação para todos os ROC e SROC de incluírem um parecer sobre o relatório de governo societário para além da obrigação já existente, que consistia em verificar se todas as obrigações exigidas pelo Código dos Valores Mobiliários estão a ser cumpridas. (*Idem*)

De acordo com a Lei 148/2015 a supervisão da Auditoria em Portugal, ficou a cargo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Assim a CMVM ficou responsável por proceder à supervisão pública dos ROC e das SROC em Portugal e passa a exercer o controlo de qualidade sobre os ROC e as SROC que auditem as Entidades de Interesse Público (EIP). (Borges P. 2016)

A aprovação do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA) assegura a execução, na ordem jurídica interna, dos requisitos específicos para a revisão legal de contas das EIP. Veiga *et al.* (2017)

Desta forma, a Certificação Legal das Contas individuais e consolidadas das EIP's passa a ter de incluir a seguinte informação adicional (Borges 2016):

- Indicar o órgão ou pessoa que nomeou o ROC ou SROC, data da nomeação e período total do mandato;
- Descrever os riscos de distorção material mais significativos identificados, as respostas do auditor a esses riscos, assim como explicar em que medida a auditoria foi considerada eficaz na mitigação dos riscos identificados;

- Confirmar que a opinião de auditoria é coerente com o relatório adicional dirigido ao conselho fiscal, comité de auditoria, ou órgão equivalente;
- Declarar de que não foram prestados os serviços proibidos distintos da auditoria, a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento, e que o ROC ou SROC se mantiveram independentes em relação à entidade auditada durante a realização da auditoria;

Em consequência as novas e revistas ISA´s apresentam novos requisitos obrigatórios para as EIP, com especial destaque para uma secção de *Key Audit Matters* (KAM), em português, as matérias relevantes de auditoria de acordo com o julgamento do auditor, ao abrigo da ISA 315 revista. (Veiga *et al.* 2017)

Adicionalmente, a ISA 700 revista, contempla alterações obrigatórias para todos os relatórios de auditoria (*idem*):

- A secção da opinião como primeiro parágrafo da Certificação Legal de Contas (CLC), seguido da secção Base da Opinião (ISA 705 revista);
- Uma declaração afirmativa sobre a independência do auditor e sobre as responsabilidades éticas relevantes, a incluir na secção Base da Opinião;
- Reforço das questões com o *Going Concern* (ISA 570 revista): i) inclusão de uma descrição da responsabilidade da gestão em avaliar o pressuposto da continuidade e da responsabilidade do auditor em verificar esta avaliação; ii) uma nova secção intitulada de incertezas relevantes sobre a continuidade, quando as mesmas existem e estão adequadamente divulgadas; e iii) uma nova exigência para o auditor na verificação da adequada divulgação de eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a continuidade da entidade;
- Uma descrição aprimorada das responsabilidades do auditor e das principais características de uma auditoria: i) definição de segurança razoável e materialidade; ii) esclarecimentos sobre o exercício de julgamento e ceticismo profissional; iii) clarificação de que as distorções materiais podem resultar de fraude ou de erro, e que o risco de não detetar tais distorções é maior quando existe fraude; iv) clarificação de que o auditor comunicou aos responsáveis pela gestão, entre outras questões, a finalidade da auditoria, a sua

calendarização e resultados significativos obtidos, assim como as deficiências de controlo interno.

- Uma nova secção intitulada de outras informações (ISA 720 revista) que se destina a informações incluídas no relatório e contas, podendo ser financeiras ou não financeiras

7 *Audit Expectation Gap*

Tendo por base o fio condutor desta dissertação, relativo ao AEG e o seu impacto, é fundamental analisar o trabalho científico recente, realço a revisão de literatura de Reinaer Quick (2020) *The Audit Expectation Gap: A Review Of The Academic Literature* que serviu de guia para a investigação realizada.

De acordo com o Quick R. (2020), Liggio (1974) definiu primeiramente o AEG como a diferença entre os níveis de desempenho esperado, pelos diversos utilizadores das demonstrações financeiras e o contabilista independente.

Apesar dos estudos iniciais do AEG terem sido iniciados em meados da década de 70, apenas em 1993, Porter (1993) deu uma definição mais sofisticada deste conceito. Segundo ela, a AEG refere-se à diferença entre as expectativas da sociedade sobre o trabalho do auditor no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras e o desempenho do auditor percecionado pela sociedade. Assim, existem duas componentes fundamentais da AEG:

1. *Reasonableness gap*: Diferença entre as funções que a sociedade espera que os auditores desempenhem e as funções que dentro de critérios de razoabilidade possam ser desempenhadas pelo Auditor;
2. *Performance gap*: Diferença entre as funções que a sociedade pode razoavelmente esperar que o auditor desempenhe e as funções que o auditor considera possível alcançar.

A *Performance gap* pode ser subdividida entre *Deficient Standards* que corresponde ao *gap* entre as funções que podem ser “razoavelmente” esperadas dos auditores e os seus deveres legalmente atribuídos e *Deficient Performance*, que diz respeito ao *gap* entre o desempenho esperado pelos auditores, tal como esperado pela sociedade e o padrão de desempenho esperado pelos auditores. (Porter 1993).

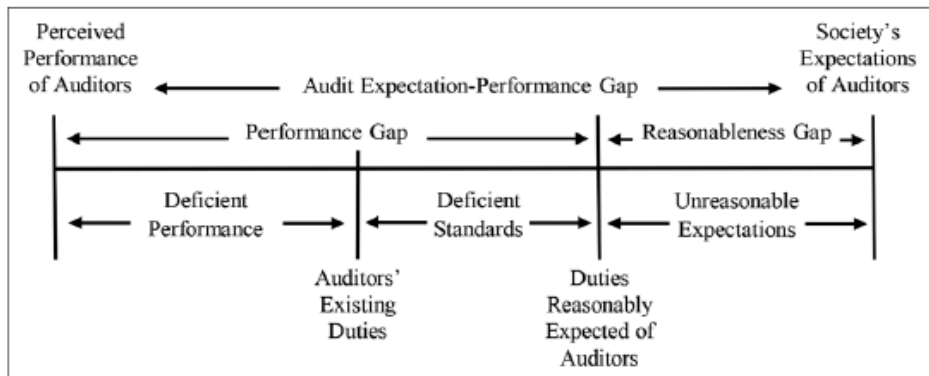


Figura 1 - Estrutura do AEG

Fonte: Porter (1993)

Para o aparecimento do AEG têm sido apresentadas diferentes explicações. Os profissionais de auditoria, atribuem este *gap* de expectativas, a um erro de percepção por parte dos utilizadores da informação financeira e pelo público em geral do que é a Auditoria (Lin *et al.* 2004).

Os utilizadores da informação financeira têm expectativas muito elevadas, enquanto existem muitas dúvidas sobre a natureza, finalidade e capacidades da função de auditoria (Humphrey *et al.* 1993).

Outros autores argumentaram que o AEG, é resultado de uma contradição, por um lado, a existência de regulamentação mínima por parte dos reguladores e a autorregulação da própria profissão, (Humphrey *et al.* 1992; Sikka *et al.* 1992).

Tradicionalmente, os utilizadores da informação financeira tendiam a acreditar que os relatórios emitidos pelos profissionais de auditoria asseguravam a *True and Fair View* das demonstrações financeiras auditadas. Contudo, o que muitas vezes acontecia é que os auditores não detinham total conhecimento das suas obrigações profissionais (Ruhnke *et al.* 2014).

Adicionalmente, importa referir que o AEG é afetado pela incerteza em torno independência do auditor, porque o relatório do auditor é inútil se um auditor não for independente do cliente (Yost 1995).

Salehi (2007) na sua investigação resumiu algumas das causas para o AEG, tendo associado essas causas às diversas componentes:

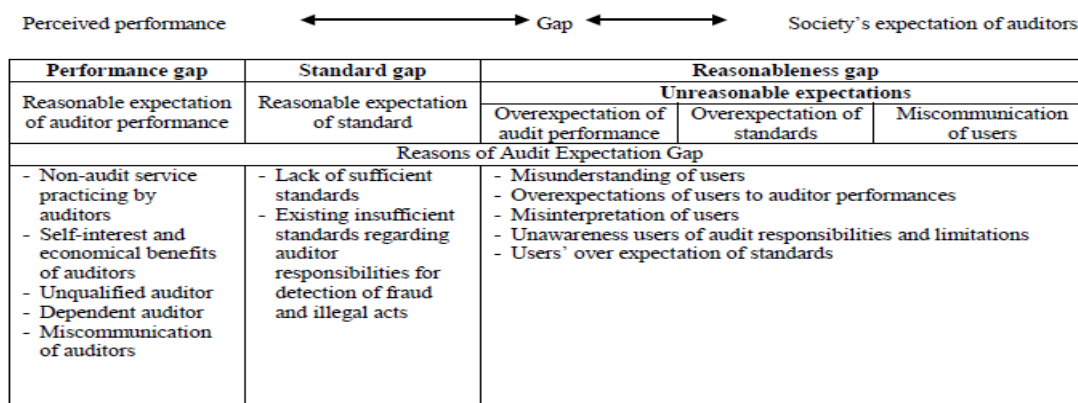


Figura 2 -Razões para o AEG

Fonte: Salehi (2007)

A identificação de componentes do AEG é fundamental, porque os problemas decorrentes de diferentes componentes requerem soluções diferentes. As ferramentas para reduzir este *gap* de expectativas apenas podem ser aplicadas quando as componentes do AEG são conhecidas e estão claramente identificadas Füredi-Fülöp (2017).

Neste âmbito, Masoud (2017), realizou um estudo com objetivo de examinar empiricamente as causas do AEG na Líbia. Este estudo utiliza a estruturas conceptuais desenvolvidas por Porter (1993) e Porter & Gowthorpe (2004) para investigar a influência do AEG na profissão de auditoria no caso concreto da Líbia. Para tal, foram obtidos dados por meio de um questionário a grandes grupos de interesse, incluindo auditores, auditados e beneficiários da auditoria. Os resultados do estudo revelaram que existe um *gap* entre a expectativa e o desempenho da auditoria e que *Deficiency Standards* e *Deficient performance gaps* constituem 49% e 15%, respetivamente, enquanto as *Unreasonable Expectations* ascendem a 36% do total.

Como resultado, conclui-se que os objetivos da auditoria não são tão claros para os utilizadores das demonstrações financeiras como para os auditores. Adicionalmente, conclui-se que para reduzir este *gap* de expectativas é necessário melhorar o conhecimento e compreensão da função e responsabilidades do auditor.

8 O *Audit Expectation Gap* e o seu impacto junto dos *stakeholders*

Embora a teoria da agência declare que o propósito da auditoria seja proteger os acionistas, a auditoria é necessária para resolver o seu propósito à luz da teoria das partes interessadas com realismo, num mundo multifacetado, em que as organizações têm outras partes interessadas (ICAEW 2008).

Os escândalos corporativos contemporâneos e os insucessos de auditoria associados, recomendam que haja um distanciamento entre o que o público antecipa dos auditores e o que os auditores presumem de si mesmos, essas divergências são denominadas como um *gap* de confiança entre os auditores e os utilizadores da informação financeira (Hogan *et al.* 2008 *apud* Akther and Xu 2020).

Tendo em conta, o desenvolvimento e transformação da sociedade em que vivemos, quanto maior o *gap* de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor (Sikka *et al.* 1998). O cliente dos serviços de auditoria espera que o serviço de auditoria mantenha o mais alto nível de qualidade para manter a confiança da sociedade em geral (Humphrey *et al.* 1993). Desta forma, atender às expectativas da sociedade e diminuir o AEG pode atuar como uma ferramenta importante para manter a confiança dos *stakeholder* das empresas.

A crise de confiança na independência do auditor colocou em destaque o domínio do mercado mundial de auditoria por parte das quatro firmas de auditoria, denominadas, *Big Four*, muitos argumentaram que a dependência dessas empresas precisa de ser diminuída para aumentar a concorrência no mercado de auditoria.

De acordo, com Haddrill (2018) *apud* (Akther and Xu 2020), “*There is a loss of confidence in audit, and I think that the industry needs to address that urgently*”. Muitos acreditam que, embora a supremacia das *Big Four* no mercado de auditoria seja indiscutível, diminuir a sua predominância pode criar mais independência, inovação e competição.

A competição de mercado, como em muitos outros casos pode conduzir a uma melhor qualidade da auditoria e à própria independência dos auditores (Xie 2016 *apud* Akther and Xu 2020). De acordo com o *Financial Reporting Consil* (FRC 2016 *apud* Akther and Xu 2020), existe confiança quando os auditores operam independentemente e das

empresas suas clientes. Para que uma auditoria seja credível e confiável, deve ser realizada por alguém que seja independente e não possa ser influenciado por terceiros com posição e poder para tal (Olagunju 2011). Quanto maior for a independência das firmas de auditoria, maior a credibilidade das demonstrações financeiras auditadas (Baotham e Ussahawanitchakit 2009).

O grupo mais alargado de *stakeholders* das empresas, particularmente o público em geral e os média, não conseguem entender o propósito e a missão da auditoria e, portanto, advogam uma melhor comunicação por parte dos profissionais de auditoria para melhorar a compreensão do público sobre as auditorias.

Existe um *gap* de comunicação em relação à natureza da função de auditoria e também o significado do relatório de auditoria e será necessária uma plataforma de discussão entre auditores, gestores e utilizadores das demonstrações financeiras para aumentar a confiança na auditoria (Okafor e Otalor 2013). Adicionalmente, existe um *gap* de comunicação entre os auditores e os utilizadores das demonstrações financeiras na compreensão da mensagem transmitida pelo relatório standard de auditoria, embora forneça aos seus utilizadores maior confiança sobre a utilidade dos relatórios de auditoria. Contudo, são necessárias melhorias no modelo de relatório de auditoria (Asare e Wright 2012).

9 Diminuição do *Audit Expectation Gap*

Com o objetivo de diminuir o AEG, existem fundamentalmente duas estratégias, nomeadamente uma abordagem defensiva e outra construtiva (Humphrey *et al.* 1992, *apud* Quick, R. 2020).

A abordagem defensiva, centra-se na educação do público sobre qual o papel que os auditores reconhecem como sendo parte dos seus deveres e as suas responsabilidades. Um exemplo desta abordagem é a expansão do relatório de auditoria, como por exemplo a inclusão das *Key Audit Matters*, com informação mais detalhada sobre o trabalho realizado pelos auditores, de forma a melhorar a comunicação entre auditores e utilizadores da informação financeira (Hatherly *et al.* 1991; Koh e Woo 1998; Innes *et al.* 1997; Mansur e Tangl 2018 *apud* Quick, R. 2020).

Enquanto a abordagem construtiva, procura alterar as atividades desenvolvidas pela auditoria, de forma a corresponder às expectativas do público, ou seja, alargar as responsabilidades de auditores em áreas como a fraude para fortalecer a perceção da independência dos auditores. Outras sugestões incluem alteração da metodologia da auditoria e uma melhoria da performance dos auditores (Koh e Woo 1998; Lee *et al.* 2009a *apud* Quick, R. 2020).

Füredi-Fülöp (2017) refere que é fundamental identificar os componentes do AEG, porque os problemas decorrentes de cada componente exigem soluções diferentes. O AEG resulta normalmente de uma combinação de deficiências em várias áreas como por exemplo i) expectativas irrealistas, ii) interpretações erradas, e iii) desempenho deficiente.

Desta forma, o autor sugere que devem ser realizados esforços em todas as áreas em questão. A figura seguinte resume as ferramentas identificadas com base na pesquisa bibliográfica efetuada, para reduzir algumas componentes do AEG.

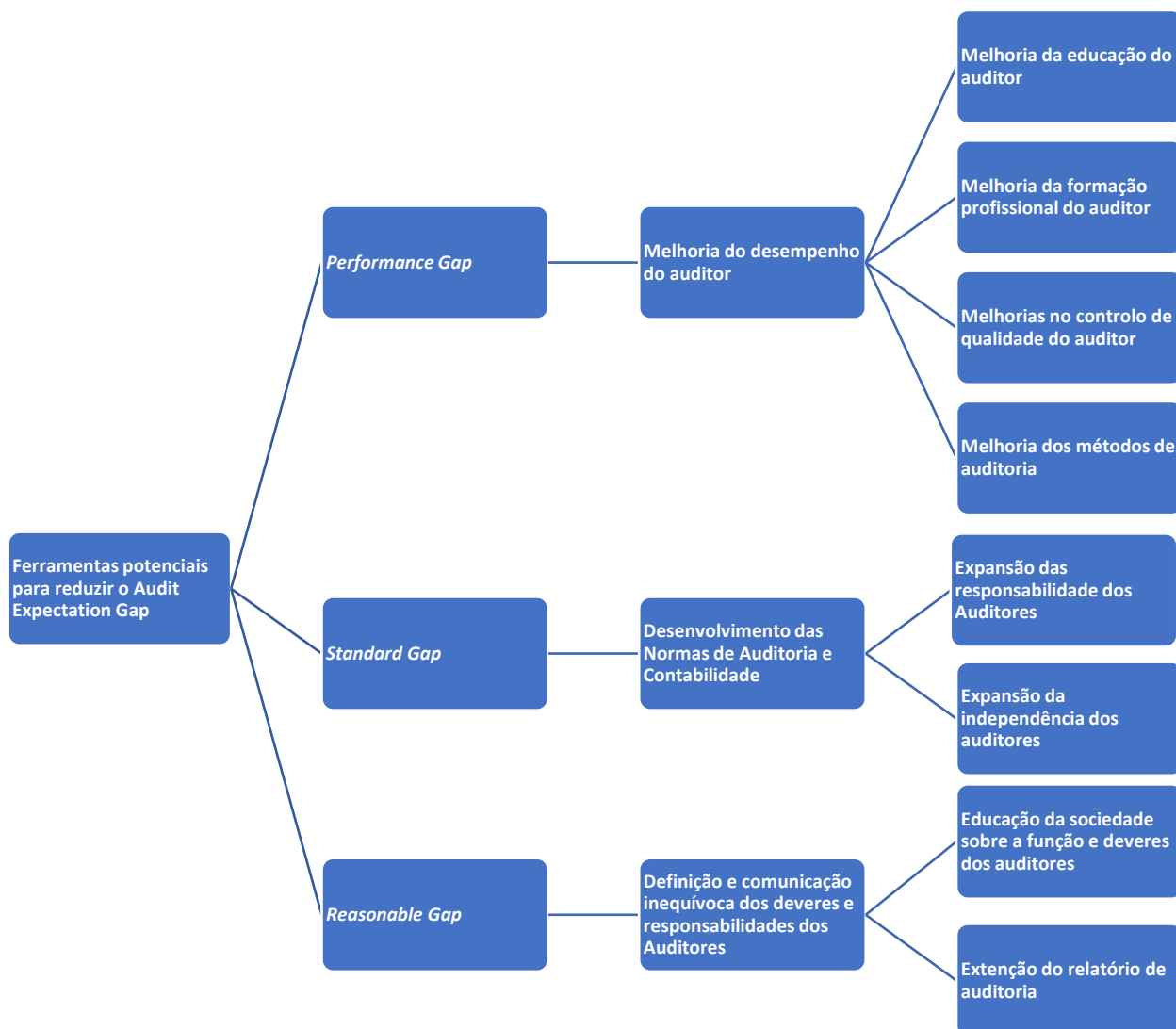


Figura 3 - Ferramentas para reduzir algumas componentes do AEG

Fonte: Füredi-Fülöp (2017)

Toumeh (2018) analisa no seu estudo quais são as possíveis soluções para mitigar o AEG entre os utilizadores das demonstrações financeiras e os auditores. Para tal, foi conduzido um questionário a 158 profissionais de auditoria. O mesmo autor acrescenta (Idem), que apesar de ter identificado diversas soluções adequadas, conclui-se que a principal medida será atuar no sentido de aumentar a consciencialização dos utilizadores das demonstrações financeiras, das responsabilidades e deveres do auditor em relação à deteção de erros e de fraude durante o processo de auditoria.

Esse estudo, fornece ainda algumas recomendações, em primeiro lugar, aumentar a independência do auditor ao limitar a relação pessoal entre o auditor e o cliente, limitando

a prestação de serviços não relacionados com a auditoria, a fim de aumentar a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras no relatório de auditoria. Em segundo lugar, dar uma maior importância aos reguladores, assim como um papel ativo na supervisão da profissão de auditoria, obrigando os auditores a cumprir as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e o seu código de conduta profissional. Em terceiro lugar, aumentar a consciencialização dos utilizadores das demonstrações financeiras sobre as responsabilidades e deveres do auditor em relação à deteção de erros e fraude. Toumeh (2018)

10 Questões de Investigação

Tendo em consideração a revisão da literatura e autores expostos, apresentamos abaixo um quadro com uma síntese das perguntas de investigação mais relevantes face ao objeto desta pesquisa:

Q1. O objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores da informação financeira?	Costa (2014)
Q2. A independência do auditor, tem lugar entre a necessidade de uma auditoria livre de influências externas, e a necessidade de promover a confiança dos auditores?	Anandarajan <i>et al.</i> , (2010) apud Samagaio (2013)
Q3. A perceção de independência do auditor tem um impacto positivo na confiança dos <i>stakeholders</i> ?	Baotham e Ussahawanitchakit (2009)
Q4. Devem as firmas de auditoria ser responsáveis pela deteção de fraudes?	IFAC (2015)
Q5. Existe uma relação negativa entre o AEG e a confiança dos <i>stakeholders</i> ?	Hogan <i>et al.</i> (2008) apud Akther and Xu (2020)
Q6. A melhoria de comunicação do auditor tem um impacto positivo na confiança dos <i>stakeholders</i> ?	Hatherly <i>et al.</i> (1991); Koh e Woo (1998); Innes <i>et al.</i> (1997); Mansur e Tangl (2018) apud Quick, R. (2020)
Q7. O AEG nos utilizadores da informação financeira resulta num impacto negativo na reputação das firmas de auditoria?	Sikka <i>et al.</i> (1998)
Q8. De acordo com o estudo realizado, qual é a principal componente do Audit Expectation <i>Gap</i> ?	Masoud (2017)

Tabela 1 - Síntese das Questões de Investigação

Fonte: Elaboração Própria

De seguida iremos descrever a forma e métodos utilizados para responder a esta síntese de perguntas, ou seja, vamos apresentar a metodologia.

Capítulo II – Metodología

1 Metodologia da Investigação

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), a melhor forma de começar um trabalho de investigação consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Assim sendo, esta dissertação pretende encontrar respostas para o impacto do AEG na confiança dos utilizadores da informação financeira, nomeadamente nos ROC ou outros utilizadores da informação financeira como i) investidores e empresários, ii) administradores de empresas, iii) diretores financeiros, iv) analistas financeiros e v) outra ocupação profissional relacionada com investimento em empresas.

Após a revisão de literatura motivada pela pergunta de partida - fio condutor da análise - foram elaboradas as questões de investigação. Neste capítulo serão apresentadas as hipóteses de análise, assim como, o modelo de análise. Posteriormente, para validar o modelo, vamos apresentar o método de recolha de dados mais apropriado.

Para tal, Richardson (2007) defende que existem dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo. Segundo Godoy (1995) num estudo quantitativo, o pesquisador conduz a sua investigação com hipóteses claramente definidas, está preocupado com a medição objetiva e quantificação de resultados. Um estudo qualitativo parte de questões amplas, que se vão formando no decurso da investigação realizada e pressupõe a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, procurando obter compreensão dos fenómenos de acordo com a perspetiva dos participantes na situação em estudo.

De acordo com Meirinhos M. e Osório A. (2010) existem também autores, como por exemplo Yin e Flick, que salientam a relevância de utilizar, em alguns métodos de investigação, simultaneamente dados qualitativos e quantitativos. A utilização destes dados na mesma investigação, vai no sentido de olhar para estas metodologias como complementares e não como opostas ou rivais.

Para Oppenheim (2008), o questionário é a técnica mais apropriada para recolher dados relativos às perceções e comportamentos dos indivíduos, pois um questionário pode ser preenchido a qualquer hora e em qualquer lugar. Desta forma, sendo o questionário normalizado, permite a obtenção de dados comparáveis o que facilita o seu tratamento e análise quantitativa.

Outras técnicas de recolha de dados como entrevistas iriam exigir um maior dispêndio de tempo na sua análise e uma maior disponibilidade dos inquiridos.

Considerando a natureza deste projeto, a metodologia de investigação a adotar, será a quantitativa, pois será realizada com base na elaboração de um inquérito por questionário e análise das respostas obtidas. Para tal, foram construídas as hipóteses de análise, para dar resposta aos objetivos da presente dissertação.

Relativamente ao estudo do caso empírico serão efetuados dois questionários, a serem enviados a ROC e a “Não ROC” utilizando o serviço *google forms*. De salientar, que o termo não “Não ROC”, surge para agregar profissionais de diversas áreas que utilizam direta ou indiretamente o trabalho do ROC, esses profissionais incluem entre outros, investidores e empresários, administradores de empresas, diretores financeiros e analistas financeiros.

2 Formulação de Hipóteses

Quivy e Campenhoudt (1998) referem que o trabalho exploratório traz perspectivas e ideias que devem ser traduzidas numa linguagem e formas que permitam o trabalho sistemático de análise e recolha de dados de observação ou experimentação. A fase de construção do modelo de análise “Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise restrito e preciso, por outro.”

O mesmo autor acrescenta (*Idem*) que a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade.

Uma hipótese é uma resposta provisória a uma pergunta. No entanto, convém precisar, uma última vez, a pergunta central da investigação, garantindo a estruturação coerente das hipóteses. (*Idem*)

Assim, e de acordo com as perguntas de investigação, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor.

H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor.

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o Performance *Gap*, pode ser a principal componente do AEG.

3 Relação entre Hipóteses e Questões de Investigação

Hipóteses de Análise	Questões de Investigação
H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor.	Q2: A independência do auditor, tem lugar entre a necessidade de uma auditoria livre de influências externas, e a necessidade de promover a confiança dos auditores?
	Q3: A perceção de independência do auditor tem um impacto positivo na confiança dos <i>stakeholders</i> ?
H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor	Q1: O objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores da informação financeira?
	Q4: Devem as firmas de auditoria ser responsáveis pela deteção de fraudes?
H3: A existência de um <i>gap</i> de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.	Q5: Existe uma relação negativa entre o AEG e a confiança dos investidores / <i>stakeholders</i> ?
	Q6: A melhoria de comunicação do auditor tem um impacto positivo na confiança dos <i>stakeholders</i> ?
	Q7: O AEG nos utilizadores da informação financeira resulta num impacto negativo na reputação das firmas de auditoria?
H4: De acordo com o modelo criado por <i>Porter</i> para análise do AEG, o <i>Performance Gap</i> , pode ser a principal componente do AEG	Q8: De acordo com o estudo realizado, qual é a principal componente do <i>Audit Expectation Gap</i> ?

Tabela 2 – Relação entre Hipóteses e Questões de Investigação

Fonte: Elaboração Própria

Hipótese 1 (H1):

De acordo com (Anandarajan *et al*, 2010 *apud* Samagaio 2013), o pleno estado de independência é difícil de alcançar devido a um leque abrangente de pressões contraditórias ao nível social, profissional, financeiro e legal que os auditores enfrentam no desempenho das suas funções.

Quanto maior for a independência das firmas de auditoria, maior credibilidade têm as demonstrações financeiras auditadas (Baotham e Ussahawanitchakit 2009).

Assim surge a seguinte hipótese (H1):

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor

Hipótese 2 (H2):

De acordo com Costa (2014), a Auditoria ganha especial importância no início do século XX, mais precisamente em 1929, com a queda da bolsa de Nova Iorque, tornou-se mais importante por uma questão da transparência e de credibilidade das Demonstrações Financeiras das empresas com capital aberto, este fenómeno desloca o objetivo da auditoria, para a verificação da verdade e razoabilidade da informação contida nas Demonstrações Financeiras, de forma a serem um instrumento fiável para a tomada de decisão, a deteção de fraudes e erros é de certa forma delegada para a administração das empresas.

Segundo a ISA 240 – “As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”: O auditor tem de cumprir estes três passos:

1. Identificar e avaliar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude;
2. Obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto aos riscos avaliados de distorção material devido a fraude, por meio da conceção e implementação de respostas apropriadas; e
3. Responder apropriadamente à fraude ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria.

Assim surge a seguinte hipótese (H2):

H2: A responsabilidade pela detecção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor

Hipótese 3 (H3):

Em harmonia com (Hogan *et al.* 2008 *apud* Akther and Xu 2020), os escândalos corporativos contemporâneos e os insucessos de auditoria relacionados, provocam um *gap* de expectativas entre o que o público antecipa dos auditores e o que os auditores presumem de si mesmos.

Segundo (Sikka *et al.* 1998) quanto maior o *gap* de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor.

Assim surge a seguinte hipótese (H3):

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.

Hipótese 4 (H4):

De acordo com Füredi-Fülöp (2017) a identificação de componentes do AEG é fundamental, porque os problemas decorrentes de diferentes componentes requerem soluções diferentes, e as ferramentas para reduzir este *gap* de expectativas apenas podem ser aplicadas quando as componentes do AEG são conhecidas e estão claramente identificadas.

Masoud (2017), realizou um estudo com objetivo de examinar empiricamente as causas do AEG na Líbia. Este estudo utiliza a estruturas conceituais desenvolvidas por Porter (1993) e Porter & Gowthorpe (2004) para investigar a influência do AEG na profissão de auditoria no caso concreto da Líbia. Para tal, foram obtidos dados através de um questionário a grandes grupos de interesse, incluindo auditores, auditados e beneficiários da auditoria. Os resultados do estudo revelaram que existe um *gap* entre a expectativa e o desempenho da auditoria e que *Deficiency Standards* e *Deficient Performance gaps* constituem 49% e 15%, respetivamente, enquanto as *Unreasonable Expectations* ascendem a 36% do total.

Como resultado, concluiu-se que os objetivos da auditoria não são tão claros para os utilizadores das demonstrações financeiras como para os auditores.

Assim surge a seguinte hipótese (H4):

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o *Performance Gap*, pode ser a principal componente do AEG.

4 Modelo de análise

Após a definição da metodologia a adotar e a construção de hipóteses de investigação, a interligação e articulação dessas hipóteses cria o modelo de análise:

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor.

H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor.

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o *Performance Gap*, pode ser a principal componente do AEG.

No âmbito desta dissertação e de forma a dar respostas às questões de investigação bem como, obter conclusão para o este estudo, foi definido o seguinte modelo de análise:

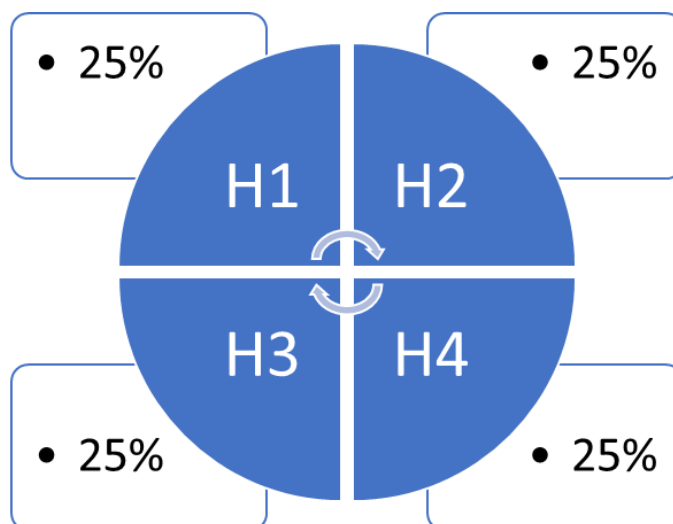


Figura 4 - Relação entre Hipóteses

Fonte: Elaboração Própria

Todas as hipóteses criadas neste modelo, relacionam-se entre si, para tal consideramos uma ponderação equitativa de 25% para cada hipótese.

Por naturalmente, as hipóteses se relacionarem com a temática central em estudo, o objetivo primordial, é analisar como as duas populações em estudo, percebem a função de auditoria, e qual o impacto do AEG nesta relação, principalmente ao nível da credibilidade e confiança no trabalho dos auditores, tendo em consideração os esforços feitos pelos próprios auditores na diminuição deste *gap* de expectativas e os resultados obtidos.

5 Elaboração do Questionário

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) o inquérito por questionário, consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.

Este método é especialmente adequado para o conhecimento de uma população: condições e modos de vida, comportamentos, valores ou opiniões. A análise de um fenómeno social que se julga apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão. Casos em que é necessário interrogar um grande número de pessoas e em que se levanta um problema de representatividade (*Idem*).

Os mesmos autores apresentam como principais vantagens:

- “A possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação”;
- “O facto de a exigência, por vezes essencial, de representatividade do conjunto dos entrevistados poder ser satisfeita através deste método. É preciso sublinhar, no entanto, que esta representatividade nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro e só tem sentido em relação a um certo tipo de perguntas – as que têm um sentido para a totalidade da população em questão.”

Em complemento na elaboração do questionário, será considerada a Escala de Likert uma escala de resposta habitualmente utilizada em questionários, para propiciar uma maior riqueza de informação pois como sabemos esta escala gradua as diferentes percepções do

inquirido. Concretamente neste estudo será adotada uma escala com 5 pontos de resposta.

De acordo com o seguinte:

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Indiferente
4. Concordo parcialmente
5. Concordo totalmente

6 Recolha de dados

Relativamente ao método para recolha de dados, como foi referido anteriormente será feita uma análise quantitativa, para tal, serão utilizados dois questionários, a serem enviados a “ROC” e a “Não ROC”, os quais incluem utilizadores da informação financeira, como investidores e empresários, administradores de empresas, diretores financeiros e analistas financeiros.

Os questionários apenas diferem em alguns aspetos, por se ter feito um esforço, para que os destinatários compreendam as perguntas e garantir a divisão das respostas entre os dois grandes grupos de profissionais em análise.

Os questionários foram enviados por email utilizando a ferramenta *google forms* para todos os ROC's inscritos na OROC, esta profissão por ser considerada de interesse público todos os emails são públicos. Relativamente ao questionário para não ROC's, como se esperava a obtenção de respostas foi bem mais difícil, pois não existe lista pública para utilizadores de informação financeira, desta forma, foi utilizada a lista da CMVM de Sociedades de Capital de Risco, disponível no site da CMVM, assim como a listagem de *Business Angels* da Instituição Financeira de Desenvolvimento, disponível no site do IFD, adicionalmente, foram enviados inquéritos para alguns dos clientes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para a qual trabalho.

Para análise e tratamento estatístico os dados foram exportados do *google forms*, para o Microsoft Excel.

7 Relação entre Hipóteses e Questionário

Após a construção das questões de investigação e das hipóteses em análise nesta dissertação, de acordo com a metodologia adotada, importa agora definir as questões a incluir no questionário a enviar.

Na tabela abaixo apresento a relação entre as hipóteses e as questões a incluir no questionário:

Hipóteses de Análise	Questionário “Não ROC”
H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor.	P5: Considera que os profissionais de auditoria, no decurso das suas funções podem ser considerados independentes face aos seus clientes?
	P6: A opinião de um auditor considerado independente aumenta a confiança na análise das Demonstrações Financeiras das Empresas?
H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor.	P10: A opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores?

<p>H2: A responsabilidade pela detecção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor</p>	<p>P11: Considera que a administração das empresas deverá ser o responsável na implementação de mecanismos de prevenção e detecção de fraude?</p>
<p>H3: A existência de um <i>gap</i> de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.</p>	<p>P7: Considera que quanto maior o <i>gap</i> de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor?</p>
<p>H3: A existência de um <i>gap</i> de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.</p>	<p>P8: Considera que a existência de um <i>gap</i> de expectativas entre os auditores e os utilizadores das Demonstrações Financeiras é uma realidade presente na atualidade?</p>

<p>H3: A existência de um <i>gap</i> de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.</p>	<p>P9: Tendo em conta a sua experiência profissional, considera a performance dos profissionais de auditoria como satisfatória?</p>
<p>H4 De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o <i>Performance Gap</i>, pode ser a principal componente do AEG.</p>	<p>P12: Considera que os objetivos de uma Auditoria Financeira, de acordo com as ISA´s são de fácil percepção para os utilizadores da informação financeira? Nota: De acordo com estudo realizado os principais objetivos são: i) Identificação de distorções materialmente relevante das Demonstrações Financeiras; ii) Identificação de Fraudes; iii) Garantia de fiabilidade das Demonstrações Financeiras.</p> <p>P13: - Considerando o seguinte: <i>Performance Gap</i>: Diferença entre as funções que a sociedade pode razoavelmente esperar que o auditor desempenhe e as funções que o auditor considera possível alcançar. <i>Reasonableness Gap</i>: Diferença entre as funções que a sociedade espera que os auditores desempenhem e as funções que dentro de critérios de razoabilidade possam ser desempenhadas pelo Auditor. Em sua opinião qual pode ser considerado o fator mais importante para o <i>Audit Expectation Gap</i>?</p> <p>P14: - Caso na pergunta anterior tenha selecionado <i>Performance Gap</i> e tendo em conta o seguinte: <i>Deficient Standards</i>: que corresponde ao <i>gap</i> entre as funções que podem ser “razoavelmente” esperadas dos auditores e os seus deveres legalmente atribuídos. <i>Deficient Performance</i>: que diz respeito ao <i>gap</i> entre o desempenho standard esperado pela sociedade relativamente ao papel dos auditores e o padrão de desempenho dos auditores. Em sua opinião qual pode ser considerado o fator mais importante para o <i>Audit Expectation Gap</i>?</p>

Tabela 3 – Relação entre Hipóteses e Questionário

Fonte: Elaboração Própria

Capítulo III - Caso empírico

1 Caracterização da Amostra

A amostra obtida para este estudo é composta por 149 respostas, tendo sido enviados para 1961 inquiridos, ou seja, estamos a trabalhar com uma percentagem de resposta de cerca de 8%. Destas 149 respostas recebidas, 84 são de ROC e 65 têm outra profissão, o gráfico seguinte caracteriza a amostra por ocupação profissional:

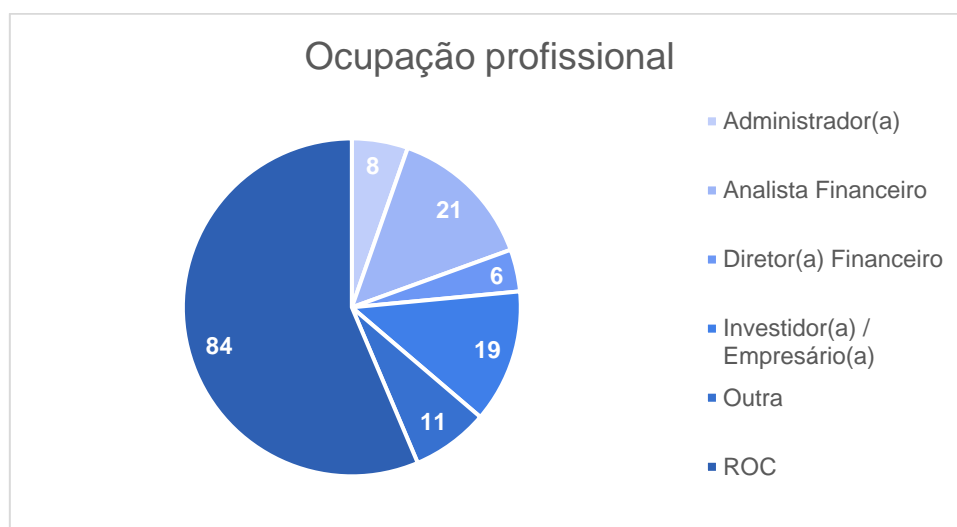


Figura 5 - Ocupação Profissional

Fonte: Elaboração Própria

Como podemos observar relativamente aos “Não ROC” as respostas obtidas foram de diversos utilizadores das informações financeiras, dos quais obtivemos o seguinte número de respostas i) investidores e empresários 6 respostas, ii) administradores de empresas 8 respostas, iii) diretores financeiros 6 respostas, iv) analistas financeiros 21 respostas e v) outra ocupação profissional com 19 respostas. De salientar, que por apenas termos enviado o questionário para “Não ROC’s” para Sociedades de Capital de Risco, *Business Angels* e alguns clientes da SROC, garantimos que as respostas são de outros utilizadores da informação financeira que não se classificam nas hipóteses anteriores.

Relativamente à composição por género, esta amostra é composta por 66% de indivíduos do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Quanto à sua faixa etária verificámos que 50% estão abaixo dos 45 anos e que os restantes 50% estão acima de 46 anos. De salientar, que a faixa etária mais representada neste questionário é dos 46 aos 55 anos com cerca de 33% das respostas. Os gráficos seguintes representam a dispersão de género e de faixa etária.

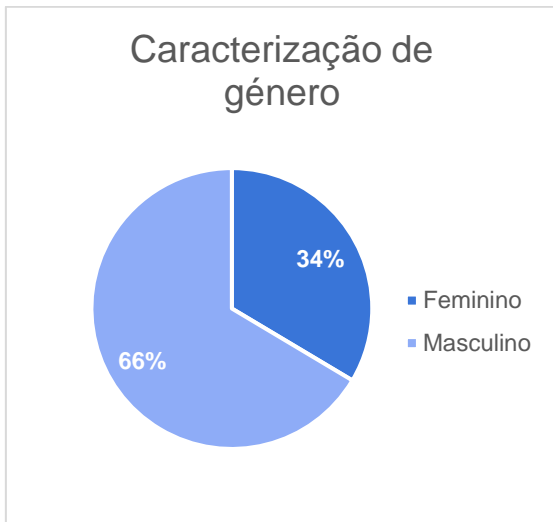


Figura 6 – Caracterização de género
 Fonte: Elaboração Própria

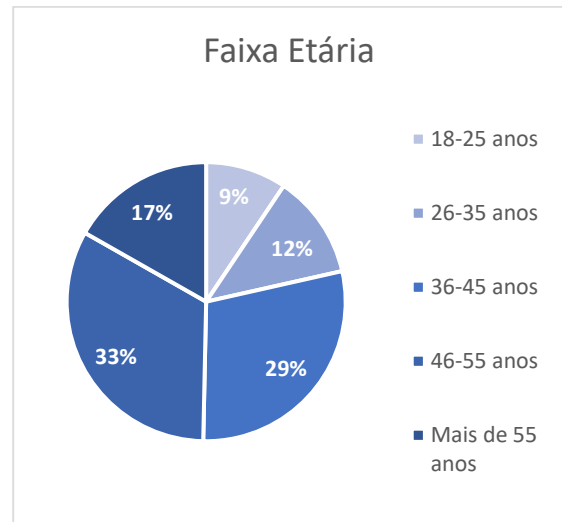


Figura 7 – Faixa Etária
 Fonte: Elaboração Própria

Ainda na caracterização da amostra achamos relevante obter informação sobre o número de anos de experiência profissional da população em análise. Realçamos que cerca de 59% (86 respostas) da amostra tem uma experiência profissional superior a 20 anos.

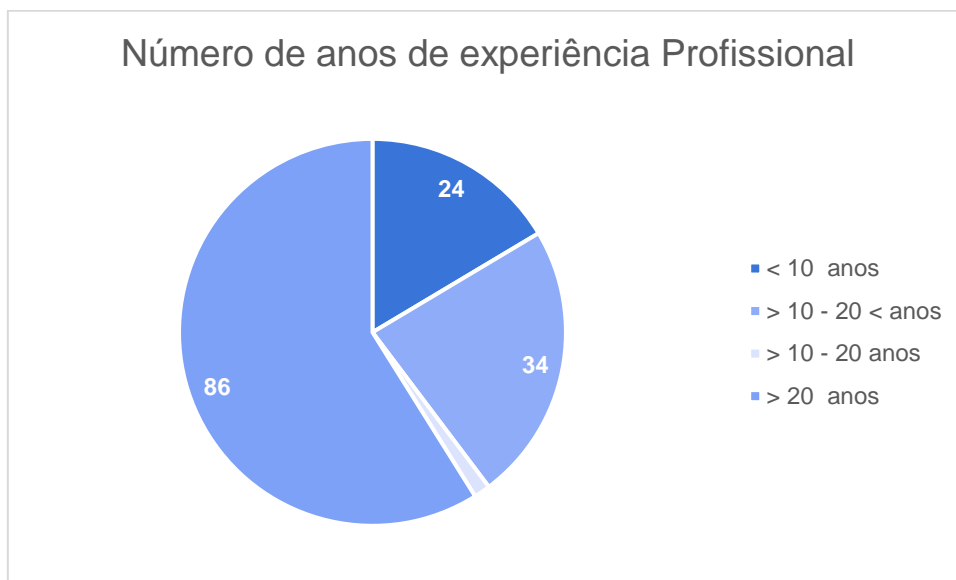


Figura 8 – Número de anos de experiência profissional
 Fonte: Elaboração Própria

2 Análise e interpretação de dados

Após a caracterização da amostra, apresentamos a análise dos resultados obtidos sobre a segunda parte do questionário, direcionada para os assuntos em estudo nesta dissertação, excluindo respostas consideradas incongruentes, utilizando a Escala de *Likert* de forma a graduar as respostas obtidas, com exceção das duas últimas perguntas na qual é questionado diretamente qual a componente mais importante para o AEG. Adicionalmente, vai ser também efetuada a comparação entre as respostas dos ROC e “Não ROC” de acordo com o objetivo deste estudo.

Como acima referido, obtivemos 149 respostas ao questionário, das quais para efeitos da análise e interpretação de dados apenas consideramos como respostas válidas 147, excluindo duas das respostas obtidas.

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor

P5 - Considera que os profissionais de auditoria, no decurso das suas funções podem ser considerados independentes face aos seus clientes?

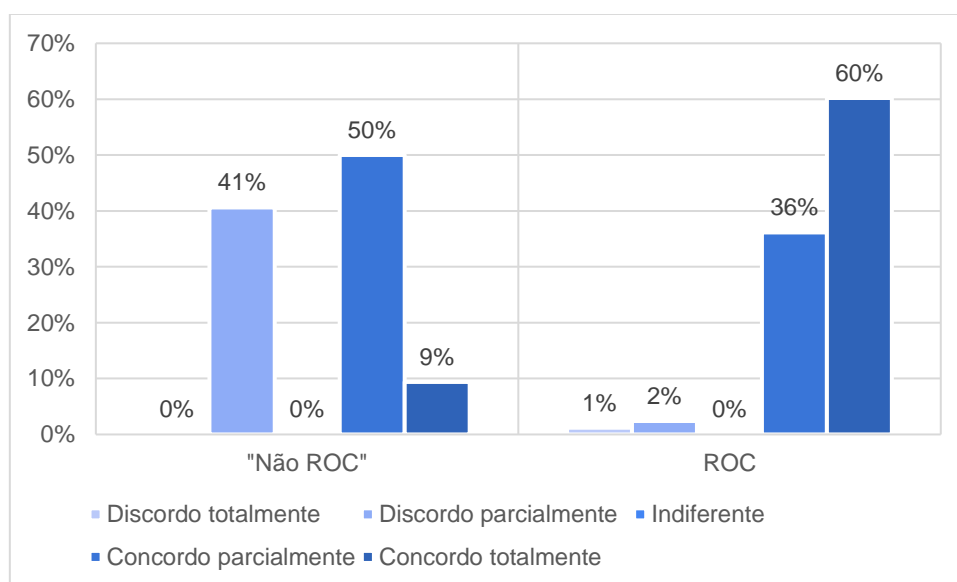


Figura 9 – P5 Independência

Fonte: Elaboração Própria

Na questão em análise, o objetivo era compreender como os utilizadores da informação financeira percebem a independência do auditor face ao seu cliente. Como podemos

observar as respostas são bastante divergentes, com 41% dos inquiridos que discordam parcialmente e 50% que concordam parcialmente. Importa salientar que 60% dos ROC inquiridos concordam totalmente com esta questão.

P6 - A opinião de um auditor considerado independente aumenta a confiança na análise das Demonstrações Financeiras das Empresas?

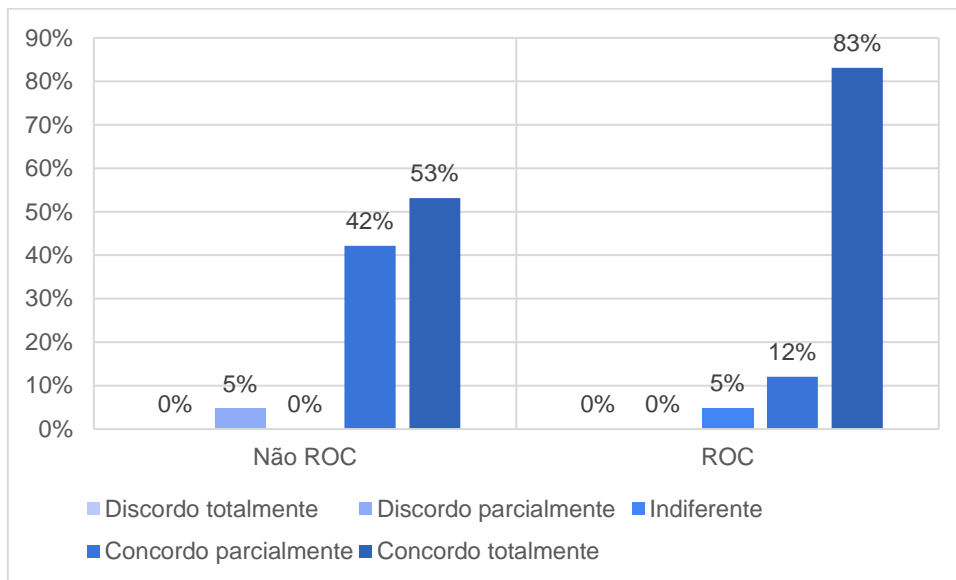


Figura 10 – P6 Independência e Confiança

Fonte: Elaboração Própria

Ainda no âmbito da independência verificámos que 95% dos ROC e dos “Não ROC” inquiridos, concordam com a relação positiva entre independência do auditor e o aumento da confiança nas Demonstrações Financeiras das empresas.

H2: A responsabilidade pela detecção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor.

P10 - A opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores?

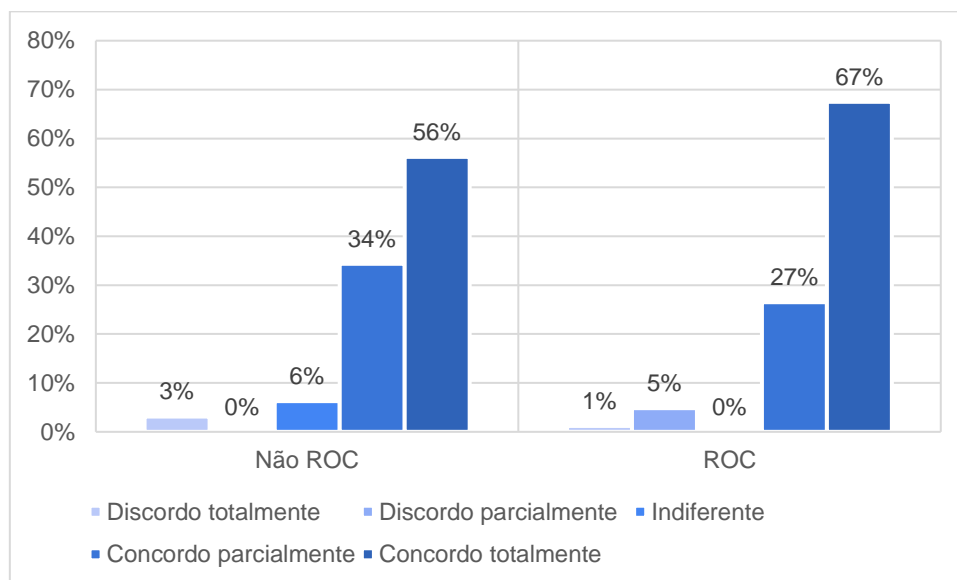


Figura 11 – P10 A opinião do auditor e a confiança

Fonte: Elaboração Própria

Com o objetivo de principalmente compreendermos qual é a percepção dos “Não ROC” sobre os objetivos da função de auditoria, questionamos os inquiridos no sentido de perceber se concordam com a afirmação de que a opinião do auditor tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores. Nesta questão, verificamos que 94% dos ROC e 90% dos “Não ROC” inquiridos concordam, existindo uma grande convergência de respostas entre as duas populações em estudo.

P11 - Considera que a administração das empresas deverá ser o responsável na implementação de mecanismos de prevenção e deteção de fraude?

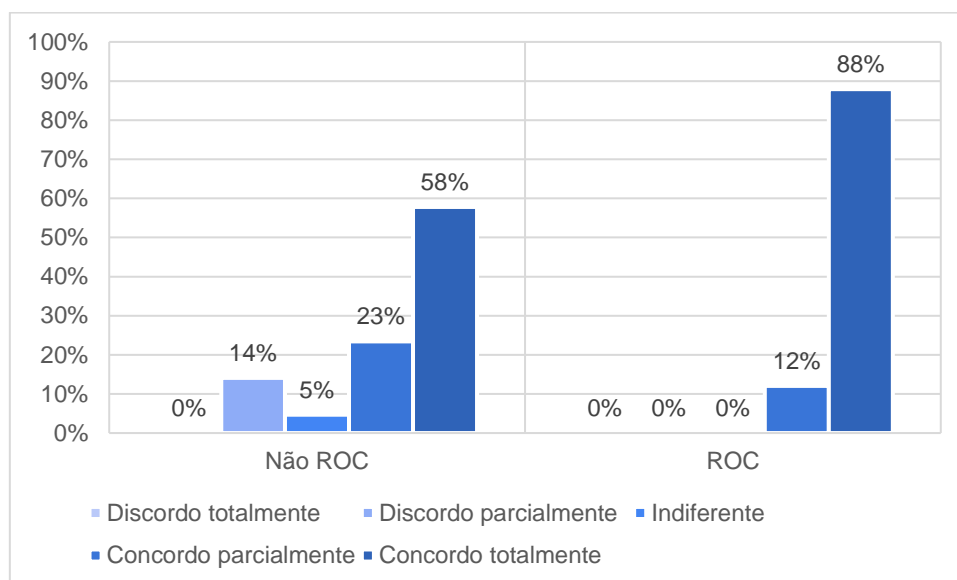


Figura 12 – P11 Prevenção e Deteção de Fraude

Fonte: Elaboração Própria

Prosseguindo com o intuito de compreendermos qual é a percepção dos “Não ROC” sobre os objetivos da função de auditoria, procuramos questionar de quem seria a responsabilidade na prevenção e deteção de fraude. Assim, nesta questão, 100% dos ROC concordam com a afirmação. Relativamente aos “Não ROC” inquiridos, apesar de cerca de 81% concordarem, dos quais 58% concordam totalmente, saliente-se que cerca de 14% dos inquiridos que discordam desta afirmação

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria pode provocar uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e do trabalho dos seus profissionais.

P7 - Considera que quanto maior o *gap* de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor?

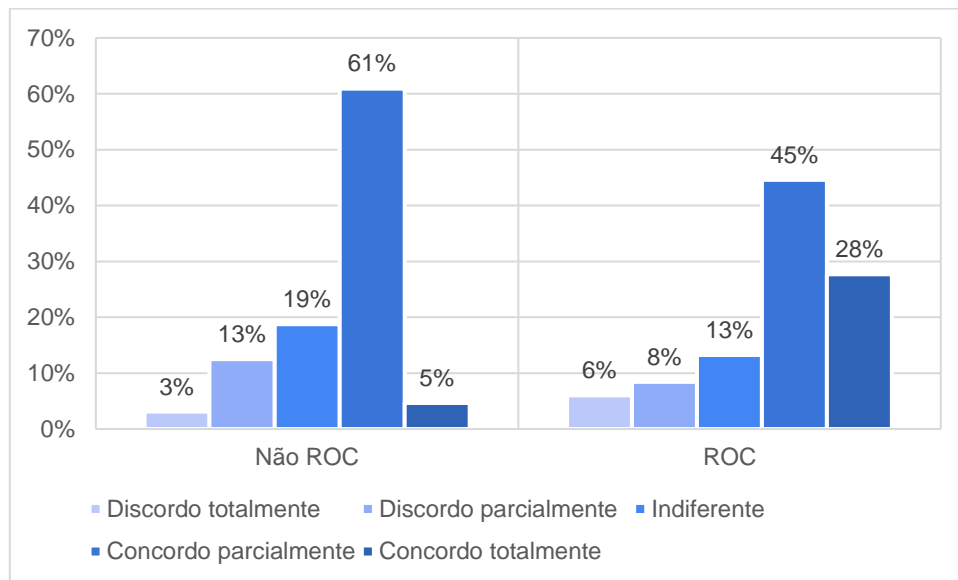


Figura 13 – P7 *Gap* de Expectativas e o Auditor

Fonte: Elaboração Própria

Nesta questão, o objetivo era comparar qual a percepção dos inquiridos face à problemática em estudo, relacionando neste caso, o *gap* de expectativas entre o auditor e os utilizadores da informação financeira com uma menor credibilidade e reputação dos auditores. Apesar de existir concordância das duas populações em estudo acima de 60% (“Não ROC”: 66% e ROC: 73%), não deixa de ser uma surpresa os 13% dos ROC inquiridos serem indiferentes a esta questão e 12% a discordarem da relação entre o *gap* de expectativas e possibilidade de danos reputacionais para a profissão.

P8 - Considera que a existência de um *gap* de expectativas entre os auditores e os utilizadores das Demonstrações Financeiras é uma realidade presente na atualidade?

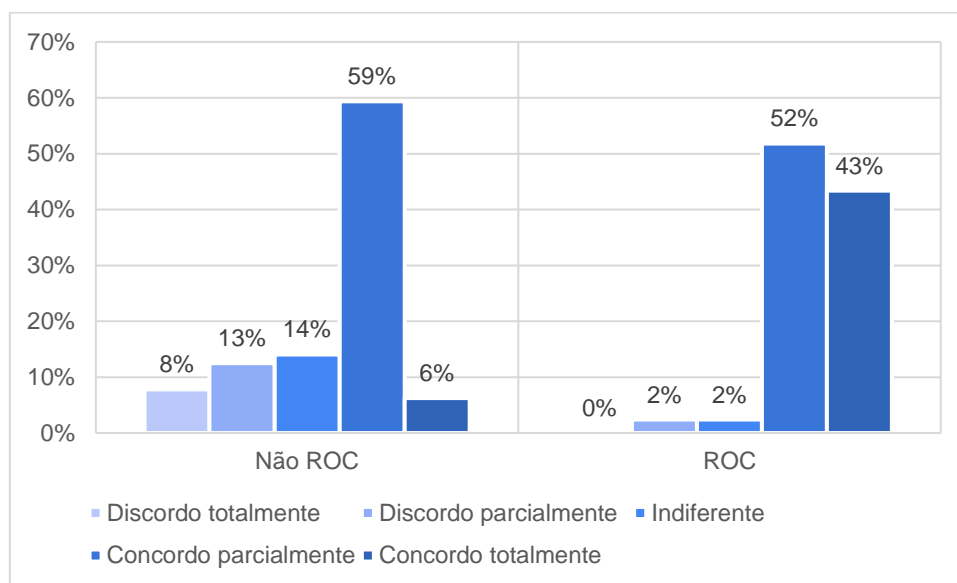


Figura 14 – P8 - AEG na actualidade

Fonte: Elaboração Própria

Prosseguindo com as questões relacionadas com o *gap* de expectativas, tentamos perceber junto do público-alvo se consideram o AEG uma realidade presente na atualidade.

Nesta pergunta existe uma clara divergência nas respostas obtidas enquanto 95% dos ROC concordam, dos quais 43% concordam totalmente, apenas 65% dos “Não ROC” concordam, com apenas 6% a concordarem totalmente. De salientar que, do universo “Não ROC” 25% não concordam com a presença do AEG na atualidade.

P9 - Tendo em conta a sua experiência profissional, considera a performance dos profissionais de auditoria como satisfatória?

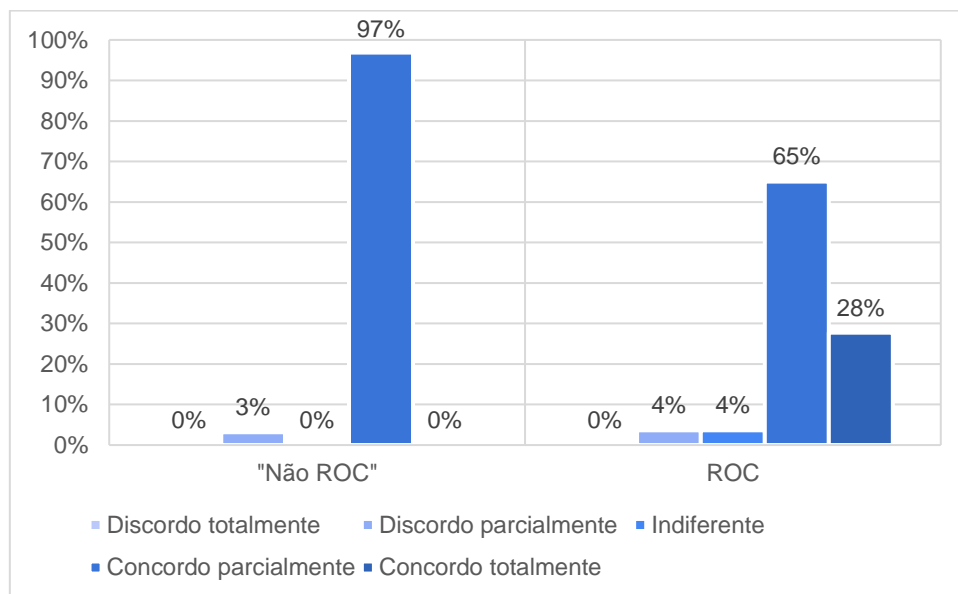


Figura 15 – P9 Performance da Auditoria

Fonte: Elaboração Própria

Nesta questão em apreço, o objetivo era perceber como os inquiridos percecionam a performance dos auditores e se a consideram satisfatória. De salientar, que 95% dos ROC inquiridos e 97% dos “Não ROC” concordam com uma performance satisfatória por parte dos auditores.

Relativamente aos ROC, verificámos que 65% apenas concordam parcialmente com esta afirmação.

P12 - Considera que os objetivos de uma Auditoria Financeira, de acordo com as ISA´s são de fácil percepção para os utilizadores da informação financeira?

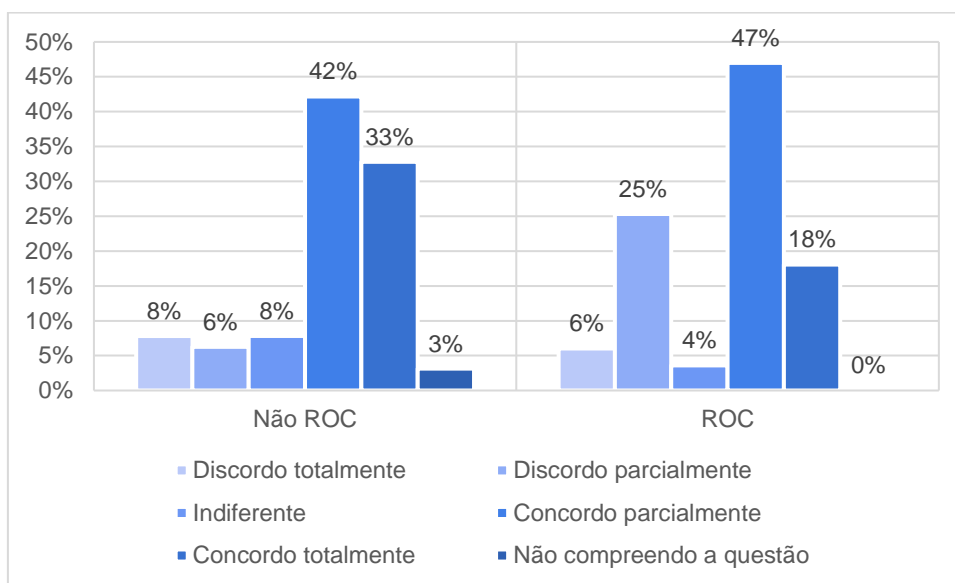


Figura 16 – P12 Objectivos da Auditoria Financeira

Fonte: Elaboração Própria

A questão em apreço tem com objetivo analisar o *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria, neste caso, a pergunta está relacionada com as ISA´s e se as considera de fácil percepção.

Neste caso, tivemos respostas algo divergentes, sendo que 31% dos ROC discordam da afirmação com cerca de 6% a discordarem totalmente. Por outro lado, 75% dos “Não ROC” concordam com a afirmação, o que representa uma divergência grande face aos ROC inquiridos os quais “apenas” 65% concordam com a afirmação.

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o Performance Gap, pode ser a principal componente do AEG.

P13 - Considerando o seguinte: *Performance Gap*: Diferença entre as funções que a sociedade pode razoavelmente esperar que o auditor desempenhe e as funções que o auditor considera possível alcançar. *Reasonableness Gap*: Diferença entre as funções que a sociedade espera que os auditores desempenhem e as funções que dentro de critérios de razoabilidade possam ser desempenhadas pelo Auditor. Em sua opinião qual pode ser considerado o fator mais importante para o *Audit Expectation Gap*?

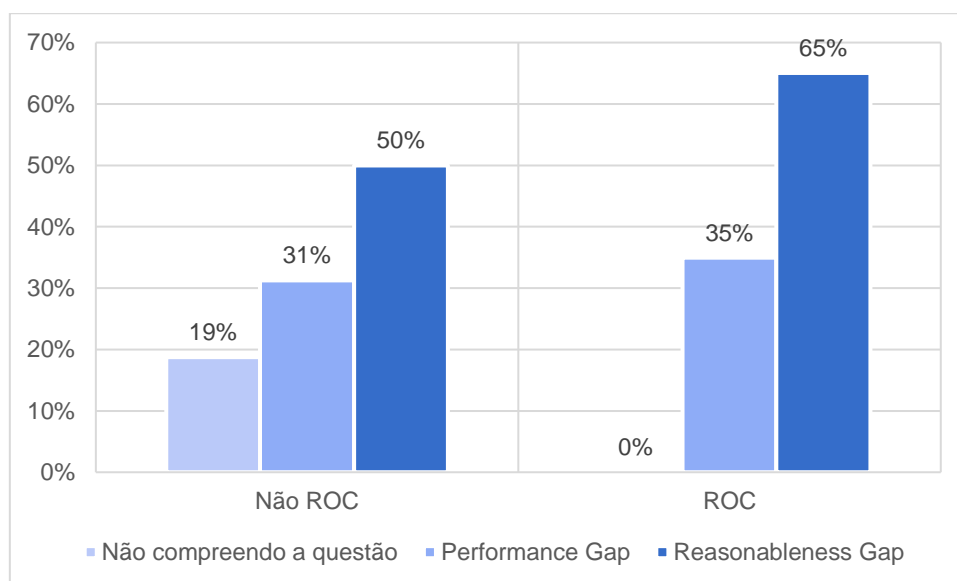


Figura 17 – P13 Componentes do AEG

Fonte: Elaboração Própria

Por último, e com o objetivo de identificar a origem do AEG, utilizado o modelo de Porter, foi questionado diretamente aos inquiridos qual o fator mais importante considerado para o AEG.

Relativamente aos ROC cerca de 65% consideram o *Reasonable Gap* como principal componente, enquanto 35% consideram o *Performance Gap*, relativamente aos “Não ROC” 50% concordaram ser o *Reasonable Gap* o principal fator enquanto 31% considera o “*Performance Gap*”.

Ainda relativamente aos “Não ROC” 19% responderam que não compreendem a questão, o que tendo em conta o cuidado na seleção do público alvo deste questionário é surpreendente e pode dar pistas para uma das dimensões do AEG.

P14 - Caso na pergunta anterior tenha selecionado *Performance Gap* e tendo em conta o seguinte: *Deficient Standards*: que corresponde ao *gap* entre as funções que podem ser “razoavelmente” esperadas dos auditores e os seus deveres legalmente atribuídos. *Deficient Performance*: que diz respeito ao *gap* entre o desempenho standard esperado pela sociedade relativamente ao papel dos auditores e o padrão de desempenho dos auditores. Em sua opinião qual pode ser considerado o fator mais importante para o *Audit Expectation Gap*?

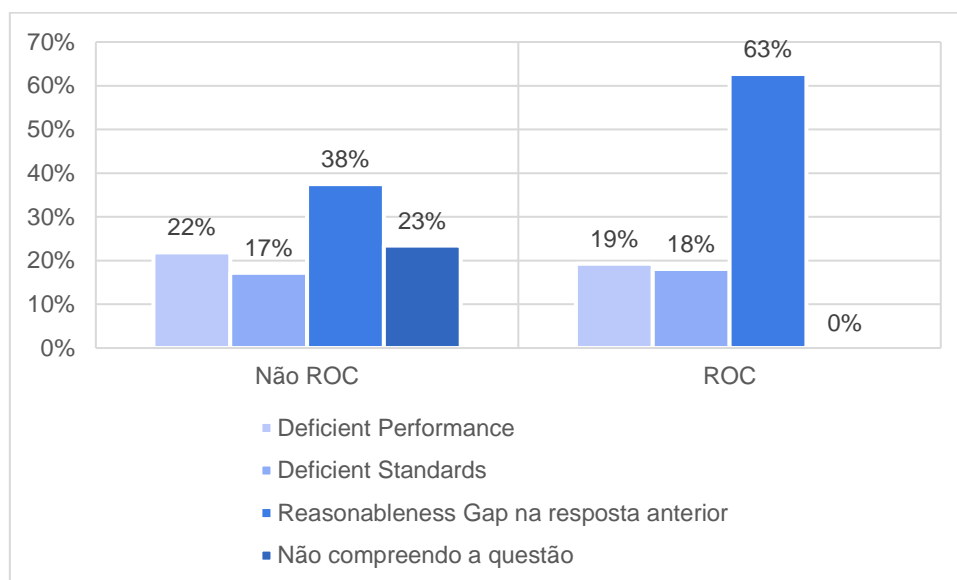


Figura 18 – P14 Componentes do AEG

Fonte: Elaboração Própria

No seguimento da pergunta anterior revelou-se necessário, seguindo o modelo de Porter, tentar perceber se dentro do *Performance Gap*, qual consideram o fator mais importante se o *Deficient Standards* ou o *Deficient Performance*.

Apesar de tanto os ROC como os não ROC consideram o *Deficient Performance*, com cerca de 19% e 22% respetivamente, os resultados são bastante divididos entre os dois fatores.

3 Interpretação de Resultados

Depois da caracterização da amostra e da análise de resultados às questões realizadas aos ROC e “Não ROC” neste capítulo, vamos proceder à interpretação dos resultados, enquadrados nas respostas obtidas com as hipóteses de investigação formuladas. Será apresentado um comentário relacionando com a revisão de literatura que originou essas hipóteses.

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor

Das 147 respostas consideradas válidas para este estudo, 118 dos inquiridos, cerca de 80%, consideram que os profissionais de auditoria podem ser considerados independentes face aos seus clientes. Apesar da concordância das duas populações, é de salientar que existem discrepâncias, pois dos 80% referidos, enquanto cerca de 96% dos ROC concordam apenas 59% dos “Não ROC” concordam.

Relativamente à outra questão realizada neste estudo, 95% dos inquiridos concordam com o facto da fiabilidade da informação financeira estar relacionada com a independência do auditor face ao seu cliente, não existindo discrepâncias entre as duas populações.

A hipótese em estudo, tendo em conta a ponderação anteriormente definida de 25% encontra-se validada em 21,875%.

H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor

De acordo com as 147 respostas consideradas válidas para este estudo, dos 136 inquiridos, cerca de 93%, concordam que a opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores, não existindo discrepâncias entre as duas populações.

Relativamente à outra questão realizada neste estudo, 92% dos inquiridos concordam com o facto de que a administração das empresas deverá ser a responsável na implementação de mecanismos de prevenção e deteção de fraude. Apesar da concordância certificada pelas duas populações, é de salientar que existem discrepâncias, pois dos 92% referidos,

enquanto cerca de 100% dos ROC concordam apenas 81% dos “Não ROC” concordam. De salientar que, 14% discordam parcialmente.

A hipótese em estudo, tendo em conta a ponderação anteriormente definida de 25% encontra-se validada em 22,375%.

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria pode provocar uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e do trabalho dos seus profissionais.

Relativamente à hipótese 2, analisamos as 147 respostas obtidas, 102 inquiridos, cerca de 69%, consideram que quanto maior o *gap* de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor. Apesar de não termos identificado discrepâncias entre as duas populações em estudo, salientamos que 14% dos ROC inquiridos discordam dessa informação e 13% consideram indiferente.

A pergunta seguinte tinha como objetivo questionar se os inquiridos reconhecem a existência do AEG e o consideram como uma realidade presente na atualidade, 82% dos inquiridos concordam a presença do AEG.

Prosseguindo com as questões relacionadas com o *gap* de expectativas, tentamos perceber junto da população em estudo se os inquiridos consideram a performance dos profissionais de auditoria como satisfatória. Naturalmente, e apesar de os inquiridos, ROC 95% e “Não ROC” 66%, concordarem com o fato de a performance de auditoria poder ser considerada satisfatória, existe discrepância de resultados, desta forma, julgo relevante salientar que 20% dos “Não ROC” inquiridos discordam da afirmação efetuada e por isso podemos concluir que essa percentagem não considera a performance dos auditores satisfatória. Adicionalmente, 14% dos “Não ROC” inquiridos são indiferentes a esta questão.

Por último, e relativamente à questão relacionada com a facilidade de interpretação dos objetivos da auditoria, 114 inquiridos concordaram, cerca de 78%. Não obstante, 31% dos ROC inquiridos não concordam com esta questão.

A hipótese em estudo, tendo em conta a ponderação anteriormente definida de 25% encontra-se validada em 20,50%.

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o Performance Gap, pode ser a principal componente do AEG.

Em relação à hipótese 4, das 147 respostas consideradas válidas para este estudo, cerca de 86 inquiridos, cerca de 59%, concordam que a principal componente para o AEG é o *Reasonable Gap* não existindo grandes divergência entre as populações, com exceção do facto de 8% dos “Não ROC” inquiridos não compreenderem a questão. A opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores, não existindo discrepâncias entre as duas populações.

Relativamente à outra questão realizada, tendo em conta a resposta dada na questão anterior não consideramos relevante analisar para efeitos de validação da H4.

A hipótese em estudo, tendo em conta a ponderação anteriormente definida de 25% encontra-se validada em apenas 14,75%.

Capítulo IV - Conclusão

Em resultado do atual contexto de globalização e de uma competição cada vez mais intensa nos mercados internacionais, a auditoria financeira tem atualmente um papel imprescindível de credibilização da informação financeira divulgada pelas empresas, principalmente as de capital aberto, sendo essa informação crucial para a tomada de decisão dos investidores.

Apesar da sua gradual importância, internacionalmente temos assistido a diversos escândalos corporativos de dimensões gigantescas, como são o caso da Enron, da Tyco, da Merk, ou da Parmalat, mais recentemente a Wirecard e em Portugal ultimamente assistimos ao colapso do BES e do BPN.

Em todos estes casos a performance do auditor não estava ajustada às expectativas da sociedade.

Neste contexto, a credibilidade das firmas de auditoria, tem sido questionada, pois existe a percepção generalizada de que as entidades responsáveis por estas auditorias e os seus reguladores não têm cumprido com os objetivos esperados para a auditoria financeira, especialmente no diagnóstico de fraudes e o risco associado de *going concern*.

Decorrente deste *gap* de expectativas, surge o AEG tema central desta dissertação, mais concretamente o impacto deste fenómeno nos utilizadores da informação financeira.

Nesta dissertação, pretendeu-se estudar o fenómeno do AEG e qual o seu impacto nos utilizadores da informação financeira, pelo que este estudo foi dividido em três partes.

Na primeira parte, foi feita uma revisão bibliográfica, na qual foram consultados diversos autores, com o objetivo de clarificar alguns conceitos, assim como, apresentar opiniões sobre as temáticas relacionadas com o AEG e assuntos considerados adjacentes, como a Independência, a Fraude, o RJSA. Adicionalmente, procuramos esclarecer o que atualmente diversos autores pensam sobre o AEG nos dias de hoje e como podemos diminuir o seu impacto junto dos utilizadores de informação financeira. Este capítulo termina com a apresentação das questões de investigação.

Após definição das questões de investigação, foi apresentada a metodologia a aplicar ao caso empírico, definindo as hipóteses em estudo que resultaram das questões de investigação formuladas no decurso da revisão bibliográfica e que neste capítulo se traduzem em questões a incluir no questionário.

Após a definição das hipóteses, neste capítulo foi também definido o modelo de análise que interliga as hipóteses formuladas, para tal consideramos uma distribuição equitativa de 25% pelas 4 hipóteses.

Na terceira parte, em resultado das hipóteses e respetivo questionário formulado anteriormente, procedemos à análise e interpretação dos dados obtidos após o envio para as duas populações em estudo os ROC e os “Não ROC” que incluem, i) investidores e empresários, ii) administradores de empresas, iii) diretores financeiros, (iv) analistas financeiros; v) outra ocupação profissional relacionada com Sociedades de Capital de Risco e *Business Angels*.

Após esta análise procedemos à interpretação dos resultados, utilizando a relação entre o questionário realizado e as hipóteses formuladas.

De acordo com método de validação do modelo de análise definido na metodologia, podemos considerar que este modelo se encontra validado em 79,498 % de acordo com a seguinte tabela.

VALIDAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		
Modelo analise	Hipóteses	Perguntas investigação	% resposta a pergunta Likert(4+5)	% pergunta na Asserção	Validação por questão (axcxd)	Validação Hipóteses
0,25	H1	P5	80,00	0,50	10,000	21,875
		P6	95,00	0,50	11,875	
0,25	H2	P10	87,00	0,50	10,875	22,375
		P11	92,00	0,50	11,500	
0,25	H3	P7	69,00	0,33	5,749	20,50
		P8	82,00	0,33	6,833	
		P9	95,00	0,33	7,916	
		P12	78,00	0,33	6,499	
0,25	H4	P13	59,00	1,00	14,750	14,75
1						79,498

Tabela 4 – Validação do Modelo de Análise

Fonte: Elaboração Própria

H1: A fiabilidade da informação financeira auditada pode estar relacionada com a independência do auditor.

De acordo com a tabela apresentada, podemos considerar que utilizando o modelo de análise definido esta hipótese foi validada em cerca de 21,875% e vai ao encontro da literatura abordada ao longo da dissertação, Mednick (1997) refere-se à independência como “a pedra angular” da profissão contabilística e um dos seus mais preciosos ativos. Samagaio afirma, o pleno estado de independência é difícil de alcançar devido a um leque abrangente de pressões contraditórias ao nível social, profissional, financeiro e legal que os auditores enfrentam no desempenho das suas funções.

Olagunju (2011) refere que para que uma auditoria seja credível e confiável, deve ser realizada por alguém que seja independente e não possa ser influenciado por terceiros com posição e poder para tal. Já (Baotham e Ussahawanitchakit 2009) salientam que quanto maior for a independência das firmas de auditoria, maior credibilidade das demonstrações financeiras auditadas

Por último, e como Almeida (2014) referiu, as falências fraudulentas de grandes multinacionais americanas como ENRON, que arrastou consigo a maior empresa de auditoria da altura, que fornecendo outros serviços financeiros, não era independente, tendo resultado num enorme prejuízo para os acionistas desta empresa e para a sociedade em geral.

H2: A responsabilidade pela deteção da fraude pode pertencer, ou não, à responsabilidade do auditor.

De acordo com a tabela anteriormente apresentada, para validação das hipóteses, consideramos que esta hipótese foi validada em cerca de 22,375%, de acordo com a literatura abordada ao longo da dissertação, desta forma e como (Costa, 2014) refere desde o colapso da bolsa de Nova Iorque, mais precisamente em 1929, a Auditoria tornou-se mais importante por uma questão da transparência e de credibilidade das Demonstrações Financeiras das empresas com capital aberto, este fenómeno desviou o objetivo da auditoria, para a verificação da verdade e razoabilidade da informação contida nas Demonstrações Financeiras, de forma a serem um instrumento fiável para a tomada

de decisão. Sendo a detecção de fraudes e erros de certa forma delegada para a administração das empresas.

A prevenção e detecção de fraude no âmbito organizacional é vista como uma das principais tarefas do auditor externo, desta forma convém analisar como os normativos de auditoria definem a fraude e quais as obrigações que todos os profissionais de auditoria devem dar cumprimento.

O IFAC define na ISA 240, as responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras, desta forma, o auditor deve:

1. “Identificar e avaliar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude”;
2. “Obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto aos riscos avaliados de distorção material devido a fraude, por meio da conceção e implementação de respostas apropriadas”; e
3. “Responder apropriadamente à fraude ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria.”

H3: A existência de um *gap* de expectativas entre a sociedade e os profissionais de auditoria provoca uma diminuição na credibilidade das firmas de auditoria e dos seus profissionais.

Como anteriormente apresentado, podemos observar que utilizando o modelo de análise definido esta hipótese foi validada em cerca de 20,50%, este resultado é concordante com a literatura analisada ao longo da revisão bibliográfica, saliento o que foi referido por Hogan *et al.* (2008) apud Akther and Xu (2020) os escândalos corporativos contemporâneos e os insucessos de auditoria associados, recomendam que haja um distanciamento entre o que o público antecipa dos auditores e o que os auditores presumem de si mesmos, e essas divergências são denominados como um *gap* de confiança entre os auditores e os utilizadores da informação financeira.

De acordo com a literatura consultada, “*There is a loss of confidence in audit, and I think that the industry needs to address that urgently*” Haddrill (2018) apud Akther and Xu (2020).

O grupo mais alargado de *stakeholders* das empresas, particularmente o público em geral e os media, não consegue entender o propósito e a missão da auditoria e portanto, advoga uma melhor comunicação por parte dos profissionais de auditoria para melhorar a compreensão do público sobre as auditorias.

Adicionalmente Asare e Wright (2012), referem a existência de um *gap* de comunicação entre os auditores e os utilizadores das demonstrações financeiras, na compreensão da mensagem transmitida pelo relatório *standard* de auditoria.

H4: De acordo com o modelo criado por Porter para análise do AEG, e com base em estudos posteriores o *Performance Gap*, pode ser a principal componente do AEG.

Relativamente à hipótese 4 e de acordo com a tabela anteriormente apresentada, podemos considerar que utilizando o modelo de análise definido, esta hipótese foi validada em cerca de 14,75%, o que de certa forma diverge da literatura analisada. Masoud (2017), realizou um estudo com objetivo de examinar empiricamente as causas do AEG, utilizando as estruturas conceptuais desenvolvidas por Porter (1993) e Porter & Gowthorpe (2004) para investigar a influência do AEG na profissão de auditoria. Os resultados do estudo revelaram que existe um *gap* entre a expectativa e o desempenho da auditoria e que *Deficiency Standards e Deficient Performance gaps* constituem 49% e 15%, respetivamente, enquanto as *Unreasonable Expectations* ascendem a 36% do total.

Como resultado, conclui-se que os objetivos da auditoria não são tão claros para os utilizadores das demonstrações financeiras como para os auditores. Adicionalmente, conclui-se que para reduzir este *gap* de expectativas é necessário melhorar o conhecimento e compreensão da função e responsabilidades do auditor.

Por outro lado (Lin *et al.* 2004) refere que para a existência do AEG têm vindo a ser sugeridas diferentes explicações. De certa forma, os profissionais de auditoria, atribuem este *gap* de expectativas, a um erro de perceção por parte dos utilizadores da informação financeira e pelo público em geral do que é a Auditoria. De facto, a maioria dos inquiridos, cerca de 59% consideram o *Reasonable Gap* a principal componente do AEG.

Considerando que o modelo de análise previa uma distribuição equitativa das quatro hipóteses – H1, H2, H3 e H4 podemos afirmar que o modelo se encontra validado em 79,498% conforme a tabela anteriormente apresentada.

Desta forma, podemos concluir que o AEG é uma realidade presente na atualidade e limita a confiança dos utilizadores da informação financeira.

De facto, como (Okafor e Otor 2013) referem, existe um *gap* de comunicação em relação à natureza da função de auditoria e também o significado do relatório de auditoria e será necessária uma plataforma de discussão entre auditores, gestores e utilizadores das demonstrações financeiras para aumentar a confiança na auditoria.

Tendo em conta o estudo realizado e como (Füredi-Fülöp 2017) refere, é fundamental identificar os componentes do AEG, porque os problemas decorrentes de cada componente podem exigir soluções diferentes. O AEG surge normalmente de uma combinação de deficiências em várias áreas como por exemplo i) expectativas irrealistas, ii) interpretações erradas, e iii) desempenho deficiente.

Toumeh (2018) refere que apesar de ter identificado diversas soluções adequadas, conclui que a principal medida seria atuar no sentido de aumentar a consciencialização dos utilizadores das demonstrações financeiras, das responsabilidades e deveres do auditor em relação à deteção de erros e de fraude durante o processo de auditoria.

O mesmo autor fornece ainda algumas recomendações interessantes que devem ser seguidas por todos os profissionais de Auditoria:

1. Aumentar a independência do auditor ao limitar a relação pessoal entre o auditor e o cliente, limitando a prestação de serviços não relacionados com a auditoria, a fim de aumentar a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras no relatório de auditoria.
2. Dar uma maior importância aos reguladores, assim como um papel ativo na supervisão da profissão de auditoria, obrigando os auditores a cumprir as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e o seu código de ética e conduta profissional.
3. Aumentar a consciencialização entre os utilizadores das demonstrações financeiras sobre as responsabilidades e deveres do auditor em relação à deteção de erros e fraude.

Limitações do trabalho realizado

Como limitações ao trabalho realizado, podemos considerar a escolha da metodologia de investigação na ótica quantitativa de análise, que resulta do facto de o questionário ser a técnica mais apropriada para recolher dados relativos a perceções e comportamentos dos indivíduos inquiridos. Como Oppenheim (2008) refere, o facto de o questionário ser normalizado e permitir a obtenção de dados comparáveis facilita o seu tratamento e análise quantitativa. Por outro lado, uma abordagem na ótica qualitativa ou mista utilizando outras técnicas de recolha de dados, como por exemplo, entrevistas, poderia resultar em valor acrescentado ao trabalho desenvolvido.

Outra limitação identificada, está relacionada com a dificuldade na obtenção de respostas, pese embora o esforço realizado, apenas obtivemos 149 respostas no total de 1961 inquiridos, o que representa uma taxa de resposta de 8%, o que de certa forma pode ser considerado como uma amostra pouco representativa das populações em estudo.

Por último, nas duas últimas perguntas (P13 e P14) do questionário enviado aos inquiridos, não utilizamos a escala de Likert, pois queríamos uma resposta direta sobre qual é a principal componente do AEG.

Adicionalmente e apesar termos incluído no questionário a P14, optou-se por não incluir a P14 devido à resposta P13 ter sido maioritariamente o *Reasonable Gap*.

Pistas para futuras investigações

Em resultado da investigação realizada e considerando as respostas obtidas em relação à hipótese 4, das 147 respostas, cerca de 59%, concordam que a principal componente para o AEG é o *Reasonable Gap* e não existindo grandes divergência entre as duas populações em estudo julgo que será pertinente analisar as soluções apresentadas por Salehi (2007) que partindo do pressuposto de que existe uma definição e comunicação inequívoca dos deveres e responsabilidades dos auditores propõem o seguinte:

- Educação da sociedade sobre as funções e deveres do auditor;
- Extensão do relatório *standard* de auditoria para uma versão *long form*.

Adicionalmente, Asare e Wright (2012) referiam sobre a existência de um *gap* de comunicação entre auditores e utilizadores da informação financeira na compreensão da mensagem transmitida pelo relatório *standard* de auditoria, que é quase sempre a face visível para os utilizadores da informação financeira do trabalho de auditoria.

Desta forma, tendo em conta que a educação da sociedade sobre as funções e deveres do auditor será além de bastante difícil, bastante morosa, julgo que seria muito interessante para uma investigação futura analisar a outra sugestão de Salehi que se consubstancia na extensão do relatório *standard* de auditoria para uma versão *long form*, diminuindo este *gap* de comunicação identificado por Asare e Wright.

Por último, e por não ter sido possível analisar nesta dissertação, julgo que seria também muito interessante investigar o crescente domínio mundial do mercado de auditoria por parte das quatro firmas de auditoria, denominadas, *Big Four*, pois muitos argumentam que a dependência dessas empresas precisa de ser diminuída para aumentar a concorrência no mercado de auditoria.

Como Xie (2016) apud Akther and Xu (2020) refere, a competição de mercado, como em muitos outros casos pode levar melhorar a qualidade da auditoria e a própria independência dos auditores. “*There is a loss of confidence in audit, and I think that the industry needs to address that urgently*”. Diversos autores acreditam que, embora a supremacia das *Big Four* no mercado de auditoria seja indiscutível, diminuir a sua predominância pode criar mais independência, inovação e competição. (Haddrill (2018) apud Akther and Xu 2020)

Referências bibliográficas

- Akther, T. & Xu, F. (2020) Existence of the Audit Expectation *Gap* and its Impact on *Stakeholders'* confidence: The moderating role of the financial reporting council.
- Almeida, B. J. (2014) Manual de auditoria financeira – uma análise integrada baseada no risco.
- Anandarajan, A., Kleinman, G., Palmon, D. (2010). Auditor Independence Research: where do we stand? *Journal of Accounting, Ethics & Public Policy*.
- Asare, Stephen Kwaku, And Arnold M. Wright. (2012). Investors, Auditors, And Lenders understanding of the message conveyed by the standard Audit Report on the Financial Statements. *Accounting Horizons*.
- Balkin, D., Markman, G., & Gomez-Mejia, L. (2000). Is CEO in high-technology firms related to innovation. *Academy of Management Journal*.
- Baotham, Sumintorn, And Phapruek Ussahawanitchakit. (2009). Audit Independence, Quality, and Credibility: ECTS on Reputation and Sustainable Success of CPAS in Thailand. *International Journal of Business Research*.
- Bloom, M., & Milkovich, G. (1998). Relationships Among Risk, Incentive Pay, and Organizational Performance. *Academy Of Management Journal*.
- Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática*. Editora Rei dos Livros.
- Cressey, D. *Other People's Money* (1953) A Study in The Social Psychology of Embezzlement. New York: Free Press.
- Financial Reporting Council (FRC). 2016. Enhancing Confidence in The Value of Audit, A Research Report Commissioned by The Financial Reporting Council.
- Godoy, A. S. (1995) *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*
- Gomes, E. (2019) *A Importância Do Controlo Interno Na Auditoria* [Http://Www.Oroc.Pt/Fotos/Editor2/Revista/64/Auditoria.Pdf](http://Www.Oroc.Pt/Fotos/Editor2/Revista/64/Auditoria.Pdf)
- Haddrill, Stephen. (2018). FRC's Annual Development Audit. Available Online: <https://Www.Frc.Org.Uk/Getattachment/F211C972-73Ab-4Bf2-B696-820Eadc538Bf/Sh-Developments-In-Audit-Final-V2.Pdf>.

- Hatherly D, Innes J, Brown T (1991) The Expanded Audit Report – An Empirical Investigation. *Accounting And Business Research*.
- Hogan, Chris E., Zabihollah Rezaee, Richard A. Riley, and Uma K. Velury. (2008) *Financial Statement Fraud: Insights from The Academic Literature*. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*.
- Humphrey C, Moizer P, Turley S (1992) The Audit Expectations *Gap* – Plus Ça Change, Plus C’Est La Meme Chose. *Critical Perspectives on Accounting*.
- Humphrey C, Moizer P, Turley S (1993) The Audit Expectations *Gap* in Britain: An Empirical Investigation. *Accounting And Business Research*.
- IFAC (2016). *Handbook of the Code of Ethics for Professional Accountants*. International Federation of Accountants.
- IFAC I. F. (2015). *Volume I Of the Handbook of International Standards on Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance and Related Services Pronouncements*.
- Innes J, Brown T, Hatherly D (1997) The Expanded Audit Report – A Research Study Within the Development of SAS 600. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Institute of Chartered Accountants of England and Wales (ICAEW 2008)
- International Federation of Accountants (2015). *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, And Related Services Pronouncements*.
- International Federation Of Accountants. (2009). *Norma Internacional De Auditoria 240. As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras*.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal Of Financial Economics*, 3(4), 305-360. Doi:10.1016/0304-405X(76)90026-X.
- Koh Hc, Woo Es (1998) The Expectation *Gap* in Auditing. *Managerial Auditing Journal* 13.
- Liggio C (1974) The Expectation *Gap*: The Accountant’S Waterloo. *Journal Of Contemporary Business* 3(3)

- Lin Zj, Chen F (2004) An Empirical Study of Audit ‘Expectation *Gap*’ in the People’S Republic of China. *International Journal of Auditing*.
- Mansur H, Tangl A (2018) How to Bridge the Audit Expectation *Gap*? *Journal of Social Sciences*.
- Mednick, R. (1997). Chair’S Corner. *The CPA Letter*. USA: American Institute of CPA’S (AICPA).
- Meirinhos M. & Osório A. (2010) O estudo de caso como estratégia de investigação em educação.
- Moura, H. S., Silva, A. C. (2004). Auditoria de Fraude: Instrumentos na prevenção de fraudes contra as empresas. X Congresso De Contabilidade.
- Okafor, Chinwuba A., and John I. Otor. (2013). Narrowing the Expectation *Gap* in Auditing: The Role of The Auditing Profession. *Research Journal of Finance and Accounting*.
- Olagunju, Adebayo (2011). An Empirical Analysis of the Impact of Auditors Independence on The Credibility of The Financial Statement in Nigeria. *Research Journal of Finance and Accounting*.
- Oppenheim, A. (2008). Questionnaire design, interviewing and attitude measurement. New York: Continuum.
- Porter B (1993) An Empirical Study of The Audit Expectation-Performance *Gap*. *Accounting And Business Research*.
- Quivy R. & Campenhoudt L. (1998) *Manual de investigação em Ciências Sociais*.
- Reinaer Quick (2020) *The Audit Expectation Gap: A Review of The Academic Literature*
- RICHARDSON, R. J. (2007) *Pesquisa social: métodos e técnicas*.
- Ross, S. (1973) The Economic Theory of Agency: The Principal’s Problem. *The American Economic Review*.
- Ruhnke K, Schmidt M (2014) The Audit Expectation *Gap*: Existence, Causes, And the Impact of Changes. *Accounting And Business Research*.
- Samagaio, A., Matos, P., Menezes J. & Curto, A. (2013) Expectation *Gap* e a independência na aparência em auditoria.
- Sarbanes, P. & Oxley, M Public Law 107–204—July 30.

- Serapicos, A., Leite, J. & Fernandes, P. (2016) A Teoria da Agência, o desempenho organizacional, A Remuneração do CEO e a Criação de Valor para o Acionista: *Gaps* Teóricos na Literatura.
- Sikka P, Puxty T, Willmott H, Cooper C (1992) Eliminating the Expectations *Gap*? Acca Research Report No. 28, London.
- Sikka, Prem, Anthony Puxty, Hughwillmott, and Christine Cooper (1998). The Impossibility of Eliminating the Expectations *Gap*: Some Theory and Evidence. Critical Perspectives on Accounting.
- Veiga J., Ribeiro D. & Inácio H. (2017) As alterações ao relatório de auditoria em Portugal e a ISA 700.
- Xie, Fujiao. (2016). Competition, Auditor Independence and Audit Quality. Ph.D. Dissertation, University of Hawaii, Honolulu, Hi, USA.
- Yost Ja (1995) Auditor Independence as a unique equilibrium response. Journal of Accounting, Auditing and Finance.

Anexos

Anexo 1 – Questionário ROC

Audit Expectation Gap e o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira

O presente questionário faz parte do Trabalho Final de Mestrado integrado no Mestrado de Auditoria do ISCAP e tem como objetivo analisar o fenómeno do Audit Expectation Gap ("AEG"). Mais concretamente, qual o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira, tendo em consideração as expectativas dos investidores de empresas auditadas, relativamente às funções de auditoria.

Para além dos stakeholders da empresa a sociedade é cada vez mais exigente com a função de auditoria, pois existe a firme expectativa que esta atividade deverá ter a seu cargo além da garantia de que as demonstrações financeiras das empresas auditadas refletem de certa forma a "True and Fair View" da situação financeira e patrimonial dessas empresas, os auditores devem também realizar o diagnóstico de fraude dentro das organizações.

O conceito de AEG é um fenómeno amplamente discutido por diversos autores que, no âmbito da sua investigação, tentam identificar os fatores que o originam, assim como possíveis formas de o mitigar. A incapacidade de mitigar ou limitar a existência deste gap de expectativas, resulta numa menor credibilidade das firmas de auditoria contribuindo para dúvidas sobre a relevância da própria profissão e das regras que a regem.

Todas as informações prestadas serão confidenciais e utilizadas apenas para efeitos da investigação mencionada.

Obrigado pela sua colaboração.

(ROC)

***Obrigatório**

1. Caracterização de género

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2. Idade

Marcar apenas uma oval.

- 18-25 anos
- 26-35 anos
- 36-45 anos
- 46-55 anos
- Mais de 55 anos

3. Número de anos de experiência Profissional

Marcar apenas uma oval.

- < 10 anos
- > 10 - 20 < anos
- > 20 anos

4. Considera que os profissionais de auditoria no decurso das suas funções podem ser considerados independentes face aos seus clientes? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

5. A opinião de um auditor considerado independente aumenta a confiança na análise das Demonstrações Financeiras das Empresas? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

6. Considera que quanto maior o gap de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

7. Considera o Audit Expectation Gap uma realidade presente na atualidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

8. Tendo em conta a sua experiência profissional, considera a performance dos profissionais de auditoria como satisfatória? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

9. Considera que a informação incluída no relatório standard de auditoria, fornece aos utilizadores das demonstrações Financeiras, uma maior confiança sobre a utilidade da Auditoria Financeira? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

10. A opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

11. Considera que os objetivos de uma Auditoria Financeira, de acordo com as ISA são de fácil perceção para os utilizadores da informação financeira? Nota: De acordo com estudo realizado os principais objetivos são: i) Identificação de distorções materialmente relevante das Demonstrações Financeiras; ii) Identificação de Fraudes; iii) Garantia de fiabilidade das Demonstrações Financeiras. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

12. Considerando o seguinte: Performance Gap: Diferença entre as funções que a sociedade pode razoavelmente esperar que o auditor desempenhe e as funções que o auditor considera possível alcançar. | Reasonableness Gap: Diferença entre as funções que a sociedade espera que os auditores desempenhem e as funções que dentro de critérios de razoabilidade possam ser desempenhadas pelo Auditor. Em sua opinião qual pode ser considerado o factor mais importante para o Audit Expectation Gap? *

Marcar apenas uma oval.

- Performance Gap
- Reasonableness Gap

13. Caso na pergunta anterior tenha selecionado Performance Gap e tendo em conta o seguinte: Deficient Standards: que corresponde ao gap entre as funções que podem ser “razoavelmente” esperadas dos auditores e os seus deveres legalmente atribuídos. | Deficient Performance: que diz respeito ao gap entre o desempenho standard esperado pela sociedade relativamente ao papel dos auditores e o padrão de desempenho dos auditores. Em sua opinião qual pode ser considerado o factor mais importante para o Audit Expectation Gap? *

Marcar apenas uma oval.

- Deficient Standards
- Deficient Performance
- Reasonableness Gap na resposta anterior

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo 2 – Questionário “Não ROC”

Audit Expectation Gap e o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira

O presente questionário faz parte do Trabalho Final de Mestrado integrado no Mestrado de Auditoria do ISCAP e tem como objetivo analisar o fenómeno do Audit Expectation Gap (“AEG”). Mais concretamente, qual o seu impacto na confiança dos utilizadores da informação financeira, tendo em consideração as expectativas dos investidores de empresas auditadas, relativamente às funções de auditoria.

Para além dos stakeholders da empresa a sociedade é cada vez mais exigente com a função de auditoria, pois existe a firme expectativa que esta atividade deverá ter a seu cargo além da garantia de que as demonstrações financeiras das empresas auditadas refletem de certa forma a “True and Fair View” da situação financeira e patrimonial dessas empresas, os auditores devem também realizar o diagnóstico de fraude dentro das organizações.

O conceito de AEG é um fenómeno amplamente discutido por diversos autores que, no âmbito da sua investigação, tentam identificar os fatores que o originam, assim como possíveis formas de o mitigar. A incapacidade de mitigar ou limitar a existência deste gap de expectativas, resulta numa menor credibilidade das firmas de auditoria contribuindo para dúvidas sobre a relevância da própria profissão e das regras que a regem.

Todas as informações prestadas serão confidenciais e utilizadas apenas para efeitos da investigação mencionada.

Obrigada pela sua colaboração.

(N/ROC)

*Obrigatório

1. Caracterização de género

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2. Idade

Marcar apenas uma oval.

- 18-25 anos
- 26-35 anos
- 36-45 anos
- 46-55 anos
- Mais de 55 anos

3. Número de anos de experiência Profissional

Marcar apenas uma oval.

- < 10 anos
- > 10 - 20 < anos
- > 20 anos

4. Ocupação profissional *

Marcar apenas uma oval.

- Investidor(a) / Empresário(a)
- Administrador(a)
- Diretor(a) Financeiro
- Analista Financeiro
- Outra

5. Considera que os profissionais de auditoria, no decurso das suas funções podem ser considerados independentes face aos seus clientes? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

6. A opinião de um auditor considerado independente aumenta a confiança na análise das Demonstrações Financeiras das Empresas? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

7. Considera que quanto maior o gap de expectativas menor a credibilidade e a reputação associadas ao trabalho do auditor? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

8. Considera que a existência de um gap de expectativas entre os auditores e os utilizadores das Demonstrações Financeiras é uma realidade presente na atualidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

9. Tendo em conta a sua experiência profissional, considera a performance dos profissionais de auditoria como satisfatória? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

10. A opinião do auditor relativamente a determinadas Demonstrações Financeiras tem como objetivo o aumento de confiança dos investidores? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

11. Considera que a administração das empresas deverá ser o responsável na implementação de mecanismos de prevenção e deteção de fraude? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

12. Considera que os objetivos de uma Auditoria Financeira, de acordo com as ISA 's são de fácil perceção para os utilizadores da informação financeira? Nota: De acordo com estudo realizado os principais objetivos são: i) Identificação de distorções materialmente relevante das Demonstrações Financeiras; ii) Identificação de Fraudes; iii) Garantia de fiabilidade das Demonstrações Financeiras. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente
 Não compreendo a questão

13. Considerando o seguinte: Performance Gap: Diferença entre as funções que a sociedade pode razoavelmente esperar que o auditor desempenhe e as funções que o auditor considera possível alcançar. Reasonableness Gap: Diferença entre as funções que a sociedade espera que os auditores desempenhem e as funções que dentro de critérios de razoabilidade possam ser desempenhadas pelo Auditor. Em sua opinião qual pode ser considerado o factor mais importante para o Audit Expectation Gap? *

Marcar apenas uma oval.

- Performance Gap
- Reasonableness Gap
- Não compreendo a questão

14. Caso na pergunta anterior tenha seleccionado Performance Gap e tendo em conta o seguinte: Deficient Standards: que corresponde ao gap entre as funções que podem ser "razoavelmente" esperadas dos auditores e os seus deveres legalmente atribuídos. Deficient Performance: que diz respeito ao gap entre o desempenho standard esperado pela sociedade relativamente ao papel dos auditores e o padrão de desempenho dos auditores. Em sua opinião qual pode ser considerado o factor mais importante para o Audit Expectation Gap? *

Marcar apenas uma oval.

- Deficient Standards
- Deficient Performance
- Não compreendo a questão
- Reasonableness Gap na resposta anterior

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

